



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

ADRIELY PEREIRA DO NASCIMENTO

DISPUTA PELA TERRA E A DINÂMICA DO TRABALHO NA COMUNIDADE
BOA ESPERANÇA, SANTARÉM-PA

SANTARÉM-PA

2022

ADRIELY PEREIRA DO NASCIMENTO

DISPUTA PELA TERRA E A DINÂMICA DO TRABALHO NA COMUNIDADE

BOA ESPERANÇA, SANTARÉM-PA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Geografia, Instituto de Ciências da Educação- ICED, da Universidade Federal do Pará-Ufopa, para obtenção do título de licenciada em Geografia.

Orientador: Prof^o. Dr. Eneias Barbosa Guedes

SANTARÉM-PA
2022

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFOPA

N244d Nascimento, Adriely Pereira do
Disputa pela terra e a dinâmica do trabalho na Comunidade Boa Esperança, Santarém-PA / Adriely Pereira do Nascimento – Santarém, 2022.

75 p. : il.
Inclui bibliografias.

Orientador: Eneias Barbosa Guedes
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Curso de Licenciatura em Geografia.

1. Questão agrária. 2. Camponato. 3. Terra. 4. Mandioca. 5. Soja. I. Guedes, Eneias Barbosa, *orient.* II. Título.

CDD: 23 ed. 910.021

Bibliotecário-Documentalista: Ronne Clayton de Castro Gonçalves – CRB2/1410

ADRIELY PEREIRA DO NASCIMENTO

A DISPUTA PELA TERRA E A DINÂMICA DO TRABALHO NA COMUNIDADE

BOA ESPERANÇA, SANTARÉM-PA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Geografia, Instituto de Ciências da Educação- ICED, da Universidade Federal do Pará-Ufopa, para obtenção do título de licenciada em Geografia.

Orientador: Prof^o. Dr. Eneias Barbosa Guedes

Conceito: 9,0

Data de Aprovação: 21/11/2022

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Eneias Barbosa Guedes (Orientador)
Geografia, Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Leandro Pansonato Cazula (membro interno)
Geografia, Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Gilber Valério Cordovil (membro interno)
Geografia, Universidade Federal do Oeste do Pará

Geógrafo. Luiz Antônio Melo Viegas (membro externo)

Dedico a presente monografia a todos os Professores do curso, ao Orientador, aos familiares, amigos e a todos aqueles que de certa forma contribuíram para que esse projeto tenha se tornado realidade.

AGRADECIMENTO

Quero agradecer primeiramente a Deus que sempre me deu força e coragem para conseguir chegar até aqui.

Quero agradecer especialmente meu pai Nazildo e minha mãe Ana Dayse, por terem me auxiliado desde criança nos meus estudos, investindo, me incentivando e acreditando no meu potencial, quero muito dedicar esse sonho realizado a eles que sempre foram minha base.

As minhas irmãs Ághata, Adria, Naely e Marcele que sempre me apoiaram.

Ao meu companheiro por toda a paciência e ajuda financeira pra me manter na faculdade, obrigada!

Quero agradecer (em memória) meu avô paterno, que perdi durante a minha graduação, ele foi minha inspiração para a temática do meu TCC, pois ele foi um camponês até o fim da vida, trabalhou na roça por muitos anos, amava plantar frutos, colher, plantar mandioca e fazer farinha. Foi exemplo de honestidade, humildade, força e determinação.

Ao meu sogro (em memória) que no início da faculdade ia me levar todos os dias pra UFOPA, mas acabou partindo antes da minha formatura.

Quero dedicar esse trabalho ao meu filho Gustavo que mesmo sendo muito novinho e ainda não ter a capacidade de entender o que significa nesse momento, mas ele faz parte dessa trajetória, pois me incentivou ainda mais a estudar, ele é a minha fortaleza, e quero poder ajudar ele também futuramente.

Durante a construção da monografia tive muitas dificuldades em conciliar o TCC, Trabalho, casa, e maternidade, mas no final deu tudo certo, e não me arrependo de nada, se eu pudesse faria tudo de novo. Minha mãe muito obrigada por todas as vezes que ficou com o Gustavo pra mim estudar, não sei o que seria de mim sem você!

Quero agradecer muito ao meu professor e Orientador Eneias Babosa Guedes, por toda ajuda, paciência, dedicação, e pela facilidade em me fazer compreender suas orientações, muito obrigada!

Agradeço ao professor Leandro Pansonato por toda a paciência em me auxiliar nas elaborações dos mapas da minha pesquisa.

Agradeço a todos os meus professores e professoras que contribuíram com a minha passagem no curso de Geografia (Eneias, Leandro, Mizant, Maria Júlia, Rafael, Ivan, Maria Mirtes, Maria Betanha, Maria Salomé, Francilene, Rafaela, Revelino e Gilber.) Vocês foram ótimos professores, não tenho o que reclamar de nenhum de vocês, sou muita grata por terem

me ajudado esses anos todos me repassando os seus conhecimentos, aprendi muito com todos vocês. Sou muito grata!

Agradeço também aos meus colegas de sala que fizeram parte da minha trajetória acadêmica, em especial ao Barbosa que sempre foi meu parceiro nas atividades, e também aos demais (Lucas Costa, Polly, João Pedro, Suzanny, Randerson e Dayanny)

Quero agradecer meu querido tio Nailson que me ajudou bastante nas informações sobre a comunidade, por ser um morador de lá, e por me passar toda sua experiência como produtor de farinha de tapioca. E por me incentivar muito a estudar.

E não posso deixar de agradecer as pessoas da comunidade de Boa Esperança, que me acolheram, e não mediram esforços em me ajudar com a minha pesquisa, responderam tudo o que estava aos seus alcances. Muito obrigada!

RESUMO

A comunidade Boa Esperança situada na área de planalto do município de Santarém, estado do Pará, km 43 da Rodovia PA-370 (Santarém Curuá-Una), é a área empírica da investigação. Fundada no ano de 1961 é reconhecida no contexto local pela produção da farinha branca, amarela e tapioca. Esse é o principal produto gerador de renda e sustento das famílias camponesas. Em um passado não tão distante a produção da farinha era realizada exclusivamente com a matéria prima mandioca e os produtores tinham a terra para plantar e colher. A partir dos anos 2000 com a expansão do cultivo de grãos a terra passou a ser objeto de disputa, modificando as formas de produção e reprodução camponesa. Por essa investigação se questionou: Quais processos estão ocorrendo na relação dos camponeses com a terra? A terra das famílias estão sendo objeto de compra ou arrendamento para produção de grãos? Como ocorre a reprodução das famílias camponesas? O Objetivo foi compreender como está ocorrendo a disputa pela terra na área empírica estudada entre os sujeitos camponeses e agentes ligados ao cultivo de grãos. A pesquisa segue uma abordagem qualitativa mediante procedimentos investigativos com revisão de literatura e trabalho de campo. A pesquisa indica que os agentes do capital estão se apropriando da terra mediante relações de compra e o arrendando. Destaca também as mudanças e permanências ocorridas na relação de produção da farinha com o processo de perda da terra por algumas famílias, bem como o movimento apropriatório da terra por esses sujeitos em áreas mais distantes.

Palavras- chaves: Questão agrária, campesinato, terra, mandioca, soja.

ABSTRACT

The Boa Esperança community located in the plateau area of the municipality of Santarém, state of Pará, km 43 of highway PA-370 (Santarém Curuá-Una), is the empirical area here research. Founded in 1961 it is recognized in the local context by the production of white, yellow and tapioca flour. This is the main income and livelihood generating product for peasant families. In a not-so-distant past the production of flour was carried out exclusively with cassava raw material and the producers had the land to plant and harvest. From the 2000s with the expansion of grain cultivation, the land became the object of dispute, modifying the forms of peasant production and reproduction. This investigation was asked: What processes are taking place in the relationship of peasants with land? Are the land of families being bought or leased for grain production? How does the reproduction of peasant families occur? The Obejetivo was to understand how the dispute for land is taking place in the empirical area studied between the peasant subjects and agents related to grain cultivation. The research follows a qualitative approach through investigative procedures with literature review and field work. Research indicates that capital agents are appropriating the land through buying and lease relationships. It also highlights the changes and permanences that occurred in the relationship between flour production and the process of land loss by some families, as well as the land ownership movement by these subjects in more distant areas.

Keywords: Agrarian question, peasantry, land, cassava, soybeans.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de Localização da Comunidade Boa Esperança, Santarém-PA.....	37
Figura 2: Em destaque a comunidade Boa Esperança a margem da rodovia PA-370.....	39
Figura 3: Meio de transporte fubica	47
Figura 4: Lavador e triturador de mandioca.....	48
Figura 5: Lavagem da massa para extração do amido	50
Figura 6: Forno de torrar a tapioca	51
Figura 7: Farinha de tapioca peneirada.....	52
Figura 8: Pacotes de fécula	54
Figura 9: Produção de farinha a partir da fécula	54
Figura 10: Cartaz de anúncio do 14º Festival da Tapioca.....	56
Figura 11: Rainhas do Festival da Tapioca	57
Figura 12: Corrida de fubica no Festival da Tapioca	58
Figura 13: Casa de farinha	59
Figura 14: Mapa de Localização das casas de farinha da comunidade Boa Esperança	61
Figura 15: Plantações de soja e milho nos arredores da comunidade Boa Esperança	64
Figura 16: Vista aérea da comunidade Boa Esperança.....	65

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Modo de produção Capitalista x unidade de produção Camponesa	28
Quadro 2: Elementos da produção camponesa	31

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Casas de farinha ativas na comunidade Boa Esperança 2022.....	60
Tabela 2: Entrevistas realizadas por casas de farinha na comunidade Boa Esperança.....	61

LISTA DE SIGLAS

MST	Movimento do Trabalhadores Rurais Sem Terra
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR	Imposto Territorial Rural
PF's	Projeto Fundiário
PRONAF	Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar
PIN	Plano de Integração Nacional
SUDAN	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará
UHE	Usina Hidrelétrica

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I – QUESTÃO AGRÁRIA E O CAMPESINATO	18
1.1 A questão agrária brasileira	18
1.2 Agricultura camponesa x Agricultura capitalista.....	27
1.3 - Breve apontamento sobre o campesinato Amazônico	32
CAPÍTULO II- A OCUPAÇÃO DA TERRA NA COMUNIDADE DE BOA ESPERANÇA-SANTARÉM/PA	36
2.1 Processo de formação da Comunidade de Boa Esperança	36
2.2 Discriminatória administrativa da terra	41
CAPÍTULO III- AVANÇO DO CULTIVO DE GRÃOS E SEUS EFEITOS NA COMUNIDADE BOA ESPERANÇA	45
3.1 A cultura da Mandioca para a produção da farinha de tapioca.....	45
3.1.1 Preparo na terra	45
3.1.2 A roça da mandioca e o meio de transporte.....	46
3.1.3 Colheita da mandioca e a produção da farinha	47
3.2 Produção da farinha de tapioca a partir da fécula.....	53
3.3 Festival da Tapioca.....	55
3.4 Mudanças na dinâmica de produção camponesa em boa esperança	58
CONSIDERAÇÕES.....	72
REFERÊNCIAS.....	74

INTRODUÇÃO

Localizada as margens da PA- 370, a comunidade Boa Esperaça está situada na área de planalto município de Santarém/Pa, km 43 da Rodovia PA-370 (Santarém/Curuá-Una). Fundada no ano de 1961, a comunidade é reconhecida pela tradição da produção de farinha, produto que garante renda e sustento das famílias moradoras desta localidade.

Desde a formação da comunidade pela posse da terra a partir dos anos de 1960, prevalecia a agricultura camponesa, isto é, as famílias desenvolviam suas atividades na terra sendo donas do seu próprio tempo e trabalho e da terra tiravam o sustento familiar. A tradição das famílias no trato com as roças ocorria pelo cultivo da mandioca e a produção da farinha, branca, amarela e tapioca.

A partir dos anos 2000 o cenário da produção camponesa vem se modificando com a introdução do cultivo de grãos de soja e milho na terra que antes era utilizada para plantio da mandioca. Diante desse contexto mudanças estão acontecendo na dinâmica das famílias. Alguns sujeitos estão perdendo a condição camponesa e mudando sua relação de trabalho na terra mediante a venda ou arrendamento da terra para plantio de grãos.

No processo de construção das intenções investigativas foram construídas três questões norteadoras da pesquisa: Quais processos estão ocorrendo na relação dos camponeses com a terra? Como ocorre a reprodução das famílias pelo trabalho na terra ou a expansão do cultivo de grãos vem transformando-a em objeto de compra ou arrendamento?

O Objetivo foi compreender a concorrência pela terra na área empírica estudada entre os sujeitos camponeses e agentes ligados ao cultivo de grãos. Entendendo que a realização do trabalho dos produtores familiares se fundamenta na pequena área de base familiar e o monocultivo de grãos requer áreas maiores com emprego de maquinarias em que os objetivos da produção e suas relações escapam a dinâmica local.

Nos procedimentos investigativos valorizei os fundamentos da pesquisa qualitativa mediante revisão de literatura seguido de trabalho de campo.

Pela pesquisa bibliográfica busquei referências que versão sobre a temática agrária para compreender o cenário da disputa pela terra no Brasil, diante da valorização e interesse pela terra por parte dos agentes do capital. As revisões teóricas foram muito importantes desde o início da produção da monografia, pois ajudou a compreender sobre a questão agrária, os diferentes diálogos sobre o conceito de camponês, e as diferenças na produção familiar da produção capitalista. Para isso, foram revisados artigos, livros, teses, e sites de informações.

Para dialogar com a pesquisa, os autores essenciais foram: Oliveira (2001); Neves (2017); Marques (2011); Chayanov (1981); Guedes (2021); Santos (2020), etc.

Como exemplo, as leituras do professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, foi fundamental para assimilar como o modo de produção capitalista se diferencia do modo de produção camponesa, salientando que a terra tem se tornado alvo de disputa, por meio dos interesses do capital que se adentra no campo transformando as relações de produção e a cultura das famílias que vivem no campo.

A professora Marta Inez Medeiros Marques, também foi fundamental para a pesquisa, pois diante das suas considerações sobre como a terra tem se tornado mercadoria no Brasil, mediante aos interesses de empresas nacionais e internacionais, trazendo uma reflexão da questão agrária nos diferentes níveis escalares (local, nacional, global), já que a terra faz parte da questão da pesquisa.

A professora Delma Pessanha Neves, também foi indispensável durante a construção dessa monografia, porque ela traz uma abordagem muito importante da questão agrária, que é o debate contextualizando o seu significado. Ela faz uma abordagem da temática a partir da reflexão do significado da questão social para então chegar ao ponto da problemática que trata a questão agrária. E essa associação da questão social à questão agrária que a autora reflete, é importante pra pesquisa porque ajuda a reconhecer os problemas, que não são poucos, que permite refletir e ter compreensão em que situação o homem do campo se encontra a partir desses problemas, se ele está sem terra, sem emprego, em situação de vulnerabilidade, etc.

A pesquisa de campo foi central porque a partir das idas na comunidades pude conversar com as famílias camponesas, e a partir dessas conversas pude compreender em que situação elas estão, como está a relação com a terra, e com a produção. Sobretudo, consegui responder minhas questões empíricas sobre como está ocorrendo o processo de disputa pela terra na comunidade.

O trabalho de campo foi dividido em 4 (quatro) momentos, 1 (um) em novembro de 2021, 1(um) em janeiro de 2022, e 2 (dois) em junho de 2022, e como a pesquisa busca compreender a dinâmica atual dos camponeses da comunidade, e de que forma as terras estão chegando nas mãos dos agricultores de grãos, busquei fazer entrevistas com famílias que tem ou já tiveram casas de farinha, pois é nelas que predominam o trabalho familiar, e é a partir da produção de farinha que por muito tempo tem sido a base do sustento das famílias na comunidade.

O primeiro campo foi de exploração para observar como estava crescimento das plantações de soja na comunidade, andei pela comunidade, e registrei algumas fotografias.

No segundo, e terceiro campo foram realizadas entrevistas abertas com moradores que tem casa de farinha desativada, com quem tem casa de farinha em funcionamento e que ainda plantam a mandioca e com quem tem casa de farinha mas não plantam mais, e com as famílias que fazem farinha com a fécula (polvilho).

No quarto campo fui fazer mapeamento das casas de farinha para saber quantas tem atualmente, diferenciando-as das que trabalham com a mandioca e das que trabalham com a fécula, e realizei algumas entrevistas.

Ao total 15 pessoas foram entrevistadas, as entrevistas ocorreram de forma não-estruturadas, e todas foram fundamentais para a construção dessa monografia. As fotografias também foram muito importantes, pois ilustram a produção das famílias, e também nos traz a reflexão de como o cultivo de grãos está expandido na área de pesquisa.

A pesquisa divide-se em 3 capítulos, o primeiro capítulo tem como título: A QUESTÃO AGRÁRIA E O CAMPESINATO. O objetivo desse capítulo é fazer um apanho do debate teórico em torno da questão agrária e o campesinato. Centralizando a reflexão a partir do olhar e contribuições de três estudiosos do tema: o professor Ariovaldo Umbelino de oliveira, e as professoras Delma Pessanha Neves, Marta Inez Medeiros Marques, junto ao diálogo travados por outros pesquisadores ligados à corrente do pensamento. É consenso entre o autor e as autoras que a problemáticas que ocorrem no campo são muitas, portanto, não dizem respeito a uma dimensão única. Nesse capítulo diferencio os dois modos de produção, a capitalista e a camponesa. Esse capítulo é dividido em 3 tópicos: 1.1 A questão agrária brasileira; 1.2 Agricultura camponesa x agricultura capitalista; 1.3 Breve apontamento sobre o campesinato Amazônico.

O segundo capítulo tem como título: A OCUPAÇÃO DA TERRA NA COMUNIDADE BOA ESPERANÇA-SANTARÉM/PA. Nesse capítulo trago o diálogo de Guedes (2021) e Santos (2020). Esse momento trata de como a comunidade foi se formando, a partir da construção da Usina Hidrelétrica de Curuá-Una, e da abertura da Rodovia PA- 370, no qual as famílias foram ocupando as terras e dando função à elas. Esse capítulo é dividido em 2 tópicos: 2.1 Processo de formação da comunidade de Boa Esperança; 2.2 Discriminatória administrativa da terra.

O terceiro e último capítulo tem como título: AVANÇO DO CULTIVO DE GRÃOS E SEUS EFEITOS NA COMUNIDADE BOA ESPERANÇA. O objetivo do capítulo é demonstrar o resultado que obtive na minha pesquisa, diante do meu objetivo de compreender a disputa pela terra na comunidade, relatando o modo de produção a partir da mandioca e a partir da fécula, e demonstrando como está a dinâmica atual das famílias camponesas com a

expansão do cultivo de grãos, e como as terras estão chegando nas mãos desses agentes. Esse capítulo é dividido em 3 tópicos: 3.1 A cultura da mandioca para a produção de farinha de tapioca; 3.2 A produção da farinha de tapioca a partir da fécula; 3.3 Festival da tapioca; 3.4 Mudanças na dinâmica da produção camponesa em Boa Esperança.

O que ganhou destaque nessa análise foi o conceito de território e campesinato, visto que, a territorialização do capital age em contradição ao modo de trabalho familiar, gerando conflitos, impactos, ou até mesmo a desapropriação da terra.

As famílias camponesas estão cada vez mais ameaçadas a deixarem de produzir por meio do uso da terra, na medida que o cultivo de grãos estão se expandindo e chegando nos campos em que elas trabalham. Diante disso, a pesquisa tem como proposta analisar como está ocorrendo o processo de disputa da terra, como as terras estão chegando nas mãos desses agentes que cultivam grãos na comunidade Boa Esperança, dialogando com saberes empíricos, científicos e dados coletados de trabalho de campo.

O principal motivo escolhido do tema da minha pesquisa é a relação dos meus familiares, meus avós e pais, com a comunidade de Boa Esperança. Asseguro que representa muito para mim porque é o lugar aonde a família do meu pai foi construída, inclusive com a partida do meu avô, Sr. Teodo, falecido no ano de 2019, no período em que eu estava fazendo o curso de Geografia. Ressalto que despertou mais ainda o desejo de escrever sobre essa comunidade, devido sua história de vida, pois antes de falecer nunca deixou de trabalhar à terra. Ele tinha enorme prazer em plantar árvores frutíferas, maniva¹, fazer à farinha, dedicando toda a vida a sua condição de camponês.

Amava o que fazia, e desde muito cedo assumiu a responsabilidade de ter que trabalhar à terra para sustentar sua mãe e seus irmãos, abandonados pelo pai quando ele tinha 11 anos de idade. Após conhecer minha avó, comprou um pedaço de terra na comunidade de Boa Esperança, lugar onde veio a constituir família, com nascimento dos filhos que passaram a trabalhar sobretudo com roça de mandioca.

Meu pai relatou-me sobre as dificuldades passado pela família durante a sua infância, trabalhando desde os 6 anos de idade, plantando maniva, fazendo farinha, indo vender os produtos na feira em Santarém. São muitas lembranças rememorando as dificuldades enfrentadas, muitas barreiras para conseguir estudar e concluir o ensino médio e ser aprovado em concurso público aos 19 anos de idade.

¹ Maniva, é o pedaço do tronco adulto da mandioca, no qual é plantado para dar uma nova origem de mandioca, a folha da mandioca também é conhecida por esse nome, mas sempre que aparecer esse nome no texto é se tratando do tronco.

Desde então, meu pai mudou-se para cidade de Santarém, deixando seus pais e alguns irmãos, assim como outros irmãos foram morar em outros estados. Devo muito aos meus pais a iniciativa que eles estiveram incentivando-me a estudar, fazer curso superior e atualmente me encontro em processo de conclusão da minha faculdade.

Nas minhas férias, quando criança até os 15 anos de idade, eu ia passar o mês todo de julho na comunidade Boa Esperança, junto de minhas irmãs, e ajudávamos meu avô nas plantações de maniva, milho, colher laranjas etc. Tenho muitas recordações do meu avô sentado à beira do roçado cortando as manivas, enquanto isso, eu, minhas irmãs e primos íamos colocando as manivas nas covas². Portanto, ainda hoje amo ir aos domingos e feriados à Boa Esperança, mesmo não morando lá, sou parte desse lugar, é de onde vem minhas raízes.

Antes de entrar no curso de Geografia da UFOPA, não conseguia enxergar Boa Esperança como enxergo hoje. A medida em que fui adquirindo conhecimentos sobre a questão agrária, sobre as lutas no campo, sobre a forma como o capital age nas comunidades camponesas, passei a prestar atenção para o quanto a comunidade vem sofrendo transformações, e o quanto se tornou atrativo para os produtores ligados ao cultivo da soja e milho adquirir terra nesse lugar.

Foram essas motivações para eu escolher o tema da pesquisa, questão agrária, e ter a comunidade de Boa esperança como experiências empírica dos fatos observados para assim desenvolver o estudo proposto.

² Covas são pequenas aberturas (valas) que se faz no solo com aproximadamente 10 cm de profundidade onde se planta a maniva para germinar.

CAPÍTULO I – QUESTÃO AGRÁRIA E O CAMPESINATO

A história agrária do Brasil pode ser compreendida como complexo de relações políticas, econômicas e sociais que se recoloca a cada momento histórico com questões estruturantes de difícil superação dentro dos marcos que balizam a desigual sociedade construída sob a lógica do modo de produção capitalista. O debate em torno da questão agrária está relacionado a problemática envolvendo processos apropriatório e uso dos recursos fundamentais para a reprodução da vida, a terra no meio rural brasileiro (NEVES, 2017). Trata-se de movimentos individuais pela apropriação privada da terra e coletivos na luta pelos usos comunitários da natureza.

Tal movimento, buscando cumprir os interesses políticos e econômicos dos agentes do capital, no Brasil tem produzido uma desigual apropriação da terra que caminha sob a lógica orientada para construção do território capitalista mediante a formação da propriedade privada da terra, seguido os arquétipos pela concentração da terra e a formação dos latifúndios. “Essas grandes extensões de terras estão concentradas nas mãos de inúmeros grupos econômicos porque, no Brasil, estas funcionam ora como reserva de valor, ora como reserva patrimonial.” (Oliveira, 2001, p.187). Não sem consequências, esse processo tem sido o responsável por situações de conflitos, homicídios, chacinas, relações de trabalho análogo a escravidão, degradação ambiental, a subordinação do trabalho camponês ao interesse da acumulação do capital com a perda relativa da autonomia dos camponeses.

Apresento neste capítulo, ainda que brevemente, o debate teórico em torno da questão agrária e o campesinato. Centralizei a reflexão a partir do olhar e contribuições de três estudiosos do tema: o professor Ariovaldo Umbelino de oliveira, e as professoras Delma Pessanha Neves, Marta Inez Medeiros Marques, junto ao diálogo travados por outros pesquisadores ligados à corrente do pensamento crítico.

É consenso entre o autor e as autoras que a problemáticas que ocorrem no campo são muitas, portanto, não dizem respeito a uma dimensão única. Em grande medida são questões herdadas do longo processo de colonização do Brasil, mas que hoje se somam a outras agravando-se conforme o tempo passa, gerando riqueza e pobreza no campo e na cidade. Igualmente esses estudiosos do campo brasileiro têm o entendimento dos sujeitos camponeses compondo uma classe social no interior da sociedade capitalista, e não de fora.

1.1 A questão agrária brasileira

Na compreensão de Oliveira (2001) o desenvolvimento do modo de produção capitalista no campo brasileiro, ocorre de maneira desigual e contraditório. E na centralidade da questão está a propriedade privada da terra, construída como monopólio do latifúndio e apresenta na origem, a renda e a grilagem como características. Nestes termos, os proprietários latifundiários são constituídos por meio da fusão, isto é, a mesma pessoa do capitalista, é o proprietário da terra.

O desenvolvimento do modo de produção capitalista no campo, não só traz transformação nas relações produtivas referente a agricultura, mas também na cultura das famílias que trabalham no campo, e como Oliveira (2001) afirma, vai dar definição em toda estrutura política e socioeconômica no campo.

Oliveira (2001) diz que o capitalismo implanta o trabalho assalariado no campo através de várias culturas, como exemplo, a cana de açúcar, a soja e a laranja, mas que de um outro lado esse mesmo capital contraditoriamente desenvolve condições para a produção camponesa. Por isso, afirma o autor, que o camponês não é um sujeito de fora do capitalismo, mas sim, de dentro dele. E a forma como a terra é apropriada, e como ela é distribuída, vai determinar as relações que compõem a questão agrária.

No Brasil a tendência à concentração de grandes áreas nas mãos de poucos, aqueles que efetivamente tem relações políticas de fácil acesso a esse recurso. Essa concentração só tem a aumentar na medida em que as políticas inclinadas para a acumulação do capital impõem aos pequenos posseiros ou proprietários, a dependência necessária para a subordinação da terra aos interesses hegemônicos. Pela pressão da classe dominante, os camponeses por vezes vendem a terra.

Diante da história política de formação dos latifúndios no Brasil, por iniciativas populares da sociedade civil, os movimentos sociais (a exemplo do MST - Movimento dos Sem-Terra) buscam por meio da luta organizada se contrapor aos interesses da classe latifundiária clamando pela necessária política de democratização da terra.

Ao se referir ao tema da concentração da terra no Brasil, destacou Oliveira (2015, p.30).

[...] entre 1967/1978, os latifúndios no Brasil ampliaram sua área em 69,9 milhões de hectares. Foi o período da denominada modernização da agricultura da ditadura militar de 1964, que trouxe consigo o crescimento da concentração fundiária nas grandes propriedades lati-fundistas.

Oliveira (2001) infere que a modernização da agricultura não vai atuar transformação dos latifundiários em empresários capitalistas, mas sim, transformar os capitalistas industriais

e urbanos em donos de terras, conseqüentemente latifundiários, principalmente oriundos do Centro Sul do país, aproveitaram os incentivos fiscais proporcionado pela Sudam e a Sudene como período histórico importante, pois foram instrumentos econômicos facilitaram essa fusão. Concluiu Oliveira (2015), que foi mediante esse processo político de interesse da classe dominante, que muitos capitalistas urbanos se tornaram donos de grandes extensões de terras no Brasil.

Oliveira (2001) afirma que a concentração da propriedade privada da terra no Brasil não pode ser compreendida como algo desnecessário à lógica do desenvolvimento capitalista, pois, ao contrário, é essencial ao capitalismo. Nesse país desenvolveu-se o capitalismo com duas faces, de um lado a moderna, e de outro lado atrasada. A partir dessa compreensão Oliveira (2001) destaca que a concentração de terra no Brasil é única em relação a história mundial, pois em toda história da formação da propriedade, não teve extensões de terras privadas maiores do que aquelas que foram constituídas no Brasil.

Para explicar melhor essa situação, o autor revela que no Atlas Fundiário Brasileiro publicado pelo Incra no ano de 1992, 62,4% de áreas dos imóveis que estavam cadastrados foram classificados como não produtivos, e o restante com apenas 28,3% como produtivos, essas informações vem para afirmar como essas propriedades privadas da terra são destinadas para fins lucrativos.

Ainda, para Oliveira (2001), esses latifundiários não agem cumprido a legislação. Em grande medida, não cumprem com os seus papéis definidos pela política fundiária, inclusive referente ao pagamento do Imposto Territorial Rural - ITR, pois através dos dados da Receita Federal, Oliveira (2001) diz que em 1994 um pouco a mais da metade sendo 59% dos proprietários dos imóveis de mil e cinco mil hectares, sonegaram este imposto, e dos donos de propriedades de cinco mil hectares 87% também sonegaram.

Essas grandes concentrações de terras (em parte) não produtivas, são destinadas como forma de patrimônios pessoais, ou para garantia especulatória (reserva de valor), como forma de garantia para ter acessos aos financiamentos bancários, ou mesmo barganha política junto ao governo.

Essas concentrações de terras trazem como conseqüências um número volumoso de famílias empobrecidas pela privação dos sujeitos ao direito da posse a terra de trabalho. Diante da questão, cada vez mais o modo de produção capitalista mobiliza famílias em direção as áreas urbanas que passam a viver em condições de miséria ou extrema pobreza, pois para muitas famílias a terra é instrumento de e meio produção direta para existência das famílias.

Nas palavras de Oliveira (2001, p. 188):

Certamente, a maioria dos filhos dos camponeses, cujas propriedades tenham superfície inferior a 10 hectares, jamais terão condição de se tornar camponeses, nas terras dos pais. A eles caberá apenas um caminho: A estrada que os levará à cidade, ou a estrada que os levará à luta pela reconquista da terra.

Essa realidade fatídica tem contribuído para aumentar o número de famílias empobrecidas nas cidades brasileiras. Esse fato tem impellido muitas famílias em direção a mobilidade percorrendo caminho de volta no sonho e na ideia de conseguir um pedaço de terra para morar e trabalhar. Sonho nem sempre possível.

Para Oliveira (2001), o camponês vive em uma luta constante, ou para entrar nas terras, ou para permanecer nelas. Esses compõem a classe que lutam na maioria das vezes sozinhos, pois os governantes quase ou sempre não os colocam na base de suas intenções políticas. Ele compreende essa luta compondo quadro específico da história moderna, portanto, é característica particular iniciado no século XX.

Esses camponeses lutam para conseguirem o acesso à terra, e nessas lutas surgem os movimentos, e como consequência as disputas, conflitos e a violência com vitórias e derrotas. Esse processo não começou no século XX. Ocorre desde o processo de colonização do país, quando se iniciou as lutas dos povos indígenas em defesa do território. No decorrer dos séculos muitos morreram, ou fugiram, os que sobreviveram foram se readaptando, foram deixando partes de seus povos, criando confrontos entre povos e as novas adaptações.

E mesmo diante de tudo isso, os indígenas ainda sofrem e reivindicam demarcação da terra como direito dos povos originários. Esses povos não são respeitados, vivem em conflitos, principalmente confrontando os agentes do capital que querem privatizar essas terras de uso coletivo para continuarem com seu processo de acumulação.

Oliveira (2001), compreende que concomitante as lutas dos povos indígenas, ocorre a luta por território dos afrodescendentes quilombolas que fugiam da escravização construindo quilombos. Esses passam a lutar por território, e a sociedade brasileira começou a reconhecer os seus direitos do acesso à terra a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, mas seus direitos nem sempre são respeitados.

Para Oliveira (2001), as lutas por direito à terra presentes no campo brasileiro, buscam recuperar o tempo perdido, que o capital acabou roubando. Dessa maneira, compreende o autor que as lutas dos povos indígenas e quilombolas terem como objetivo construir o território de uso comunitário, enquanto os camponeses lutam pela terra de trabalho familiar. Contrariando

essa lógica, no Brasil a construção do latifúndio esmaga as lutas coletivas, gera conflitos, transforma as relações em prol da acumulação ampliada de capital.

Não sem consequências, contrário a esse processo são construídos os movimentos sociais com as lutas pelo acesso à terra. Oliveira (2001) diz que o MST foi o movimento social rural mais organizado do final do século XX, representando a longa marcha dos camponeses em luta constante pela terra, isto é, luta para entrar na terra. Sobretudo terras que estão sendo utilizadas como formas de garantia de valor e patrimônio individual. Terras apropriadas de forma privada, terras em grande medida improdutivas e concentrada pela classe dominante.

Oliveira (2001) ao relatar essas lutas alimenta o pensamento possível de uma nova sociedade, com maior dignidade humana, com justiça e cidadania. Compreende também que toda essa transformação que a agricultura brasileira passou, mostra as contradições no interior da estrutura agrária, e foi justamente no interior desse processo que nasceram os movimentos sociais do campo que contestam os descumprimentos por parte do Estado Política de Reforma Agrária.

Entende-se ser a efetivação da política pela democratização da terra no Brasil uma luta necessária. Pois a exclusão social nesse país, em boa medida, é produto da não realização da Reforma Agrária. Oliveira (2001), diz que essa Reforma agrária também tem que ser econômica já que levará o aumento das ofertas dos produtos agrícolas das pequenas unidades produtivas familiares ao mercado. E isso pode significar a política para que parte dos sujeitos excluídos possam conquistar a cidadania.

Marques (2011), faz uma análise do campo brasileiro diante de suas transformações que ocorreram através do capitalismo na fase de globalização neoliberal, e dos impactos financeiros e de alimentos, para compreender a questão agrária, compreendendo a questão agrária com um novo significado.

A autora compreende que os acontecimentos no campo estão relacionados com a economia, mas para entender o movimento contraditório da questão agrária, deve ter uma leitura mais ampla em todo seu processo, já que o contexto da questão agrária não se limita, nem em contexto histórico e nem em determinado acontecimento isolado. Trata-se de uma problemática de múltiplas interrelações: sociais, políticas e econômica, e ecológica. Problemáticas que expressam disputas em torno da apropriação e do uso da terra e dos bens naturais do campo, essas disputas envolvem vários agentes, classes sociais e seus distintos projetos para o campo.

Diante dessas transformações a autora buscou analisar a questão diante do resultado do regime alimentar corporativo e da estrangeirização da terra, em que ela analisa a questão agrária

entendida como uma problemática que resulta da distribuição de terra que ocorre de forma desigual no campo, e como tal política é obstáculo ao desenvolvimento social e econômico nacional. Destaca também as mudanças ocorridas no regime alimentar corporativo, observando as transformações em uma escala global.

Ainda Marques (2011) compreende esse regime alimentar caracterizado pelo poder que as grandes corporações transnacionais que atuam em escala global exercem diante da produção, no processamento e na comercialização dos alimentos, indicando que em tempos de globalização neoliberal esses processos não se dissociam da produção dos insumos químicos e biotecnológicos e a oferta de financiamento.

Ela afirma que houve uma diminuição do Estado na produção dos alimentos, mas continuou assegurando o funcionamento do mercado, favorecendo constantemente os grandes monopólios. Com a redução da participação por parte dos governantes na regulação do mercado e na eliminação das empresas estatais envolvidas com os estoques reguladores, tornou-se maior o controle da produção dos alimentos por parte do sistema financeiro, com isso resulta a crise no abastecimento dos alimentos. Essas grandes corporações acabam atuando de maneira contrária ao que se observa sob a intervenção do poder público, controlando a produção, e tirando proveito dos preços em alta, agravando ainda mais a crise.

Infere a autora que essas grandes corporações transnacionais controlam o valor dos alimentos que são pagos para os produtores, dificultando a produção dos camponeses, e fazendo com que as pessoas em situação de pobreza paguem o alimento da sua cesta básica com preço de monopólio. Essa inflação dos preços de alimentos tem gerado a fome e revolta pelos países.

Para a autora, os países pobres em recursos naturais, mas que tem condição financeira, buscam investir em produção agrícolas em outros países para sua segurança alimentar. Esse fato somado a crise financeira, tem forçado a funcionalidade terra como forma de vantagem de lucro. É justamente nesse ponto que reside o processo de monopólio da terra como reserva de valor. Motivo de interesses de estrangeiros, ou até mesmo de capitalistas nacionais, contrariando os empenhos das famílias que precisam da terra para trabalhar.

Ela ressalta que a globalização, a liberação do mercado e o aumento nos investimentos estrangeiros tem acelerado o desenvolvimento no mercado imobiliário e na monopolização da terra. Portanto, essa forma de tornar à terra e os recursos naturais mercadoria, antes utilizados como bem comum pelas comunidades camponesas em diferentes países, acabam correspondendo ao mecanismo de acumulação mediante artimanha fraudulenta e por vezes violentas, priva os sujeitos do uso comunitário da terra.

Com o mercado de terras se tornando global, as relações sociais baseadas na terra como mercadoria que se adquire por meio de compra e venda, aumentam as dificuldades políticas para controle por parte dos Estados. Ocorre que os governos nacionais se deparam com agentes poderosos, ficando em situação de desvantagem devido as forças desiguais entre as partes.

Diante disso, a terra passou a ter demanda de concorrência nos diferentes níveis escalares (local, nacional e internacional). Esse fato da realidade empírica envolve governos locais e nacionais, comunidades, agentes privados, organizações não governamentais, grandes corporações transacionais, ou seja, foi sendo desenhado uma disputa concorrencial por diferentes sujeitos.

Ainda a autora ressalta que o Banco mundial desenvolve programas que estimula a regularização da propriedade privada da terra e subordina o acesso à terra à mecanismo de mercado. A pesquisadora destaca o exemplo do Programa Banco da Terra, que foi implantado no Brasil, no final dos anos de 1990 que propôs a substituição do mecanismo de desapropriação no processo de reforma agrária pelo de compra financiada da terra, ação política muito criticada pelos movimentos sociais porque limita o acesso à terra mediante a relação de troca monetizada.

O agronegócio no Brasil, tem despertado interesse por investimentos. Empresas diversas, nacionais e internacionais têm encontrado nesse setor o “nicho” próspero para a produção de commodities e meio importante para aquisição de terras. Por essa razão o campo brasileiro tem se tornado espaço de disputas por sujeitos sociais que se mobilizam de diferentes modos a favor e contra o regime alimentar corporativo, muitas vezes responsáveis por processos expulsões de famílias camponesas e ao mesmo tempo revelando o quão é importante compreender a questão agrária e seu significado.

Entende-se que a virtude do trabalho da professora Marta Inês Medeiros Marques está na compreensão reflexiva do entrelaçamento da questão agrária nos diferentes níveis escalares (local, nacional, global), indicando o necessário olhar do pesquisador para as relações de totalidade, observado a partir das crises financeira as consequências envolvendo aumento dos interesses em investimentos na compra da terra como garantia do seguro dos alimentos, inclusive estrangeiro, chegando numa escala local em que a autora destaca o aumento dos interesses por terras no Brasil.

Por fim, a autora destacou os conflitos entre os sujeitos sociais do campo e os agentes do capital gerados a partir desses processos gerais provedores de situações concorrenciais e de crises. E no centro dessa questão encontra-se o processo de consolidação do regime alimentar corporativo e a estrangeirização da terra, que mediante alianças com capitalistas nacionais e o apoio do Estado tramam situações para apropriação (legal e ilegal, pouco importa) e uso das

terras, num processo nominado pela autora como neogrilagem legal de terras. Esse movimento tem colocado as lutas camponesas em escala internacional.

Ainda sobre o tema da questão agrária, a professora Delma Pessanha Neves faz esse debate contextualizando o seu significado. Ela explica a temática a partir da reflexão do significado da questão social para chegar ao ponto da problemática que trata a questão agrária.

O termo questão agrário integra o escopo de reflexões sobre o sentido mais amplo atribuído ao da questão social, ambos enfeixando a problemática política e sociológica que adquiriu relevância no contexto da revolução industrial e da emergência do pauperismo massificado. (NEVES, 2017, p.80).

Essa associação da questão social à questão agrária refletida pela autora, significa reconhecer a existência de um conjunto de problemáticas que permitem o homem refletir e compreender em que situação o sujeito se encontra, trazendo a consciência pública dos problemas e suas condições próprias de organização da sociedade (NEVES, 2017).

Esse sujeito pode estar em condição de desemprego, sem acesso a políticas públicas, em vulnerabilidade, sem renda, sem-terra, sem teto etc. Significa compreender que há inúmeras situações que pode estar tratando de uma determinada questão social, e definir como o sujeito se encontra inserido na sociedade.

Para a autora, conforme os contextos históricos, os significados que são concedidos a esse termo da questão social, vão se tornando diferentes, e exigindo do pesquisador reflexão relacional ou processual das condições que são efeitos do modo expansivo e contraditório do capitalismo. Portanto, a questão agrária é associada como sendo uma questão do modo de produção capitalista, e enquanto existir esse modo de produção, que tem como princípio a renda e o lucro, e a desigualdades de acesso aos recursos produtivos, esse debate que envolve questão agrária sempre existirá.

É a partir do termo questão social, que Neves (2017) reflete sobre à questão agrária. Mediante a necessária reflexão dos fatos materiais existente no campo é possível compreender a estrutura desigual do modo de produção capitalista. “Em termos mais consensuais, a questão agraria pode ser entendida como expressão de modo de problematização das formas de expansão do capitalismo no campo.” (NEVES, 2017, p.82).

Neves (2017) argumenta que a perda da condição de camponês ocorre pela maneira própria do capital se expandir para o campo impondo aos camponeses a submissão do trabalho livre e sua substituição pelo assalariamento introduzindo-os ao mercado de trabalho industriais e urbanos. Comenta a autora que homens e mulheres que viviam na condição de camponesa

vão atender as demandas dos empreendimentos geradores de postos de trabalhos temporários, a exemplo de projeto inicial da construção de barragens, unidades de extração e preparo básico do minério destinados à exportação etc. “[...]esses trabalhadores constituem expressão viva da devastação da variedade de modos sociais de ser a da biodiversidade como patrimônios natural e social” (NEVES, 2017, p.86).

Diante das destruições recorrentes do patrimônio natural em decorrência dos investimentos capitalistas no campo, surgem os movimentos de diferentes grupos sociais em luta por direitos. Nestes termos, há que se reconhecer a importância política dos sujeitos que se encontram pelas lutas sociais.

Por tais razões, é fundamental incorporar à compreensão das condições de embate político em torno da questão agrária, uma infinidade de formas de luta orientadas para consolidação da cidadania e de reivindicações políticas que asseguram objetivação de corpo de leis sistematizado na Constituição de 1988. Paralela, ou completamente, a consolidação de programas públicos voltados à formação e reprodução de produtores familiares, tanto que, no bojo desses processos, veio a ser instituída a categoria socioprofissional (agricultores familiares) (NEVES, 2017, p.88).

E através das lutas políticas que realçam as disputas por diferentes grupos sociais que reivindicam pela objetivação de definições constitucionais vigentes, afirmando a necessidade de repensar a formulação das problemáticas constituintes da atual questão agrária.

Assevera a autora que desde o ano 1988, a luta pela reforma agrária tem destacado preposições que firmam transferência de terras para produtores familiares produzirem, associado a vários recursos públicos, que tornem viável a constituição desses agentes mercantis.

A pesquisadora destaca: créditos de investimentos, apoio para a constituição de feiras livres para vendas dos produtos; construção de estradadas para facilitar o escoamento da produção; serviços para a comunidade como escolas, postos de saúde, entre outros. Contudo, em geral esses pedidos não são atendidos como deveriam, impondo aos sujeitos desafios que dificultam a reprodução desses grupos familiares. Conclui Neves (2017, p.98): “Investimentos políticos orientados para agricultores familiares deveriam ultrapassar recursos ou meios de reprodução social que extrapolem a materialidade do lote de terra concedido.”

Reconhecendo o camponês “como um sujeito de dentro do capitalismo e não de fora”, como nos ensina de Oliveira (2007), as posições acadêmica e política desenvolvidas por Neves (2017), são muito importantes para compreender o quão importante são as políticas públicas na vida dos produtores familiares, e o quanto as lutas sociais tem contribuído para o reconhecimento dos diferentes grupos camponeses inseridos no mundo rural brasileiro, a

exemplo do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, Movimentos dos Pequenos Agricultores, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Marcha das Margaridas e o mesmo Pronaf-Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar e os programas dele decorrentes, pois, ainda que passível de críticas, buscam considerar não só a família produtora de alimentos, mas também o consumidor final.

As reflexões três autores dialogados até aqui são importantes para compreensão de como a questão agrária no Brasil se movimenta, e como a terra tem se tornado objeto de disputa mediante aos interesses do capital, e trazendo essas reflexões para a realidade dessa pesquisa, na comunidade Boa Esperança durante anos a produção camponesa teve destaque, mas as terras estão em disputa, visto que, por mais que não seja uma disputa violenta, os produtores do capital por meio da compra e arrendamento conseguem as terras das famílias.

1.2 Agricultura camponesa x Agricultura capitalista

Chayanov (1981) explica que existe um complexo sistema na teoria econômica da sociedade capitalista moderna, que são vinculados uns aos outros, não se separam, um determina o outro, que são: o preço, capital, salários, juros e renda. Se faltar algum desses elementos tudo tomba, todas as outras perdem seu caráter específico e seu conteúdo conceitual, não podendo ser definidos quantitativamente.

Contrário a essa lógica, na unidade de produção familiar, definida por Chayanov (1981) como economia natural, as categorias: capital, salários, lucro estão ausentes. A categoria preço, serve exclusivamente para satisfazer as necessidades de trocas de produtos do trabalho das famílias. Nestes termos, elementos da teoria econômica da sociedade capitalista, não podem ser aplicadas a estrutura presente na economia camponesa.

Com efeito, o camponês ou artesão que dirige sua empresa sem trabalho pago, recebe, como resultado de um ano de trabalho, uma quantidade de produtos que, depois de trocada no mercado, representa o produto bruto de sua unidade econômica. (CHAYANOV, 1981, p.138).

Para o autor as famílias recebem uma certa quantidade de bens depois de um ano trabalhando na terra, ou seja, não tem como empregar o lucro, a renda e o juro do capital nessa estrutura familiar se eles não têm a categoria próprias dos elementos que regem a produção capitalista, a exemplo do salário. O produto do trabalho familiar é a única forma de renda para o núcleo familiar camponês. Não existe salário, lucro líquido tão pouco todas as famílias vão

receber a mesma quantidade de produto, pois difere conforme a disponibilidade dos meios de produção (sobretudo a terra), e a quantidade de membros na família aptos ao trabalho.

O quadro 1 apresenta a diferenciação da unidade produtiva camponesa e a empresa do modo de produção capitalista segundo a teoria de Chayanov (1981):

Quadro 1: Modo de produção Capitalista x unidade de produção Camponesa

Modo de produção Capitalista	Unidade de produção Camponesa
Acumulação de capital	Produção para sobrevivência
Trabalho assalariado	Trabalho familiar
Concentração de terras	Pequena propriedade da terra
Objetivo de lucro	Objetivo suprir a necessidade familiar

Fonte: Adaptado de Chayanov (1981). Elaboração autoral.

Igualmente o autor adverte que quando a família não tem quantidade suficiente de terra para suprir suas necessidades, ou em situações que a quantidade força de trabalho é superior a capacidade produtiva da terra, a família busca realizar atividades acessórias e complementares (artesaniais, comerciais ou em outras atividades não-agrícolas) como forma de ocupar os membros pertencentes a família para garantir o equilíbrio entre trabalho e consumo.

Observa-se em geral que a agricultura camponesa se difere da agricultura capitalista sobretudo pela relação do trabalho na terra. Enquanto a camponesa predomina o trabalho familiar, na capitalista é o trabalho assalariado da terra. O camponês precisa da terra para o exercício do trabalho e reprodução da vida, por isso ele luta. O seu modo de vida é transmitido por gerações. Portanto, a terra, o modo de vida e o trabalho familiar são fatores definidores desse seguimento de trabalhadores rurais.

Marques (2008, p. 58 e 60) compreende:

[...] o campesinato como uma classe social e não apenas como um setor da economia, uma forma de organização da produção ou um modo de vida. [...]. O campesinato se refere a uma diversidade de formas sociais baseadas na relação de trabalho familiar e formas distintas de acesso à terra como posseiro, como foreiro, o arrendatário, o pequeno proprietário etc.

O modo de produzir camponês não se baseia no trabalho assalariado e no lucro, mas para prover as necessidades da unidade familiar. Seus resultados estão destinados para o autoconsumo, consumo intermediário e para venda.

Para Marques (2008), a relação do camponês com o campo ganha tamanha dimensão, que, ainda com a ocorrência da expropriação da família de sua terra, ou perda da condição de camponesa, as situações de submissão aos interesses do capital não são capazes de apagar suas raízes. Eles são alimentados pelo desejo de trabalho na terra como garantia e segurança para a existência.

O camponês brasileiro é um migrante e sua expropriação não tem representado uma ruptura total dos seus vínculos com a terra. A maioria deles mantém alguma relação com o campo, seja ela mais próxima ou mais distante-relação direta de trabalho, vínculos familiares, relação de origem etc. O que explica, em parte, a permanência entre eles de um conjunto de símbolos e valores que remetem a uma ordem moral ou lógica tradicional e a possibilidade de o acesso à terra se apresentar como uma alternativa para pobres do campo e da cidade que buscam assegurar a sua sobrevivência mantendo a dignidade de trabalhador (MARQUES, 2008, p.65).

Em realidade há elementos materiais e de valor simbólico imbuídos no modo de vida camponês. Em boa medida, esses sujeitos são constitutivos da questão ao se sentirem pertencente do campo, dos costumes do mundo rural, e sobretudo herdeiros da terra provedora da vida e da existência familiar. Esses elementos materiais e simbólicos diferem estabelecem o uso da terra que contraria a lógica da propriedade privada capitalista da terra que para o capitalista a relação construído é orientado para a extração da renda.

Para Oliveira (2007) o desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil é produto de um processo contraditório de produção do capital e reprodução capitalista de capital, ocorrendo necessariamente de maneira ampliada. Na agricultura esse processo se desenvolveu por duas maneiras: a agricultura especificamente capitalista, baseada no trabalho assalariado, e arrendamentos da terra, e a agricultura camponesa de produção não-capitalista.

A reprodução capitalista na agricultura produz mais-valor³, contudo o produto decorrente do processo produtivo agrícola não é mais-valor, e sim mercadoria pronta para entrar nos circuitos de mercados. Oliveira (2007, p. 20) compreende que “Essa mercadoria que sai do processo produtivo contém, aprisiona a mais-valia.”

Para Oliveira (2007) o modo de produção capitalista é desigual e contraditório pois a um só tempo constrói condições para e reprodução ampliada do capital, mas presume a criação

³ Para Karl Marx mais-valor é o trabalho não pago que se converte em lucro para o capitalista. Marx descreve como sendo o processo da exploração da força de trabalho pela relação de assalariamento, ou seja, o trabalhador não recebe o equivalente àquilo que ele produz, e todo o lucro que é garantido da produção de mercadoria desse trabalhado vai direto para o empregador.

capitalista de relações não-capitalistas de produção. Compreende o autor que quando o capital se reproduz, também reproduz de forma estendida as suas contradições.

Segundo oliveira (2007), a mercadoria foi a primeira característica da primeira fase do capitalismo. Para ele a produção de mercadoria foi se apossando do comércio internacional, e o capital acabou dominando o mundo todo. A análise desse processo colocando a mercadoria no centro da questão, pode-se chegar ao entendimento do desenvolvimento concomitante de dois processos distintos e complementares na agricultura. A primeira se realiza por relações tipicamente capitalista (trabalho assalariado) e a segunda por relações não-capitalista (trabalho familiar).

Ainda destaca o autor que o capitalismo transforma áreas milenarmente ocupadas e povoadas em áreas de dominação colonial e os povos dessas terras habitadas em sujeitos subordinados aos interesses da acumulação do capital:

Nesse processo de dominação colonial, o capitalismo não destruiu integralmente as comunidades nativas. Após a sua dominação pela força, utilizava as formas de produção dessas comunidades para fazê-las produzir mercadorias, ou então transformava os produtores das mesmas em mercadorias, fazendo-as circular no seio da economia capitalista industrial. (OLIVEIRA, 2007, p.21).

Dessa maneira esse modo de produção também se desenvolve, utilizando de diferentes forças, para garantirem o produto (mercadorias), que é a garantia do lucro.

Portanto, no ato de produção, o capitalista destina seu capital para a aquisição da força de trabalho e dos meios de produção. Nesse processo, a força de trabalho torna-se propriedade econômica do capitalismo, algo que pertence ao capital e não ao trabalhador. (OLIVEIRA, 2007, p.37)

Observa Oliveira (2007) que as engrenagens das relações constituídas para garantir a reprodução do capital subordinou o trabalhador que passou a produzir mais do que ele necessita para sobreviver. Mas esse sujeito que vive da venda do trabalho, em função da necessidade de acumulação, passou a receber apenas uma parte de seu trabalho em forma de salário. De tal modo, ele compra o que precisa no mercado, e conseqüentemente ele continua trabalhando, e vendendo sua força de trabalho para o capitalista. Nessa relação de troca de trabalho por salário, quem perde é o trabalhador.

Em se tratando da realização do trabalho camponês Oliveira (2007) compreende que parte da sua produção serve para garantir a existência imediata da família, e a outra parte, o excedente, serve ganha forma de mercadoria e passa a compor o circuito mercantil. Por essa

razão, a produção camponesa e sua relação econômica deve ser compreendida de maneira diferente daquelas engendradas pela lógica do modo de produção capitalista.

Na produção capitalista, ocorre o movimento de circulação do capital expresso nas fórmulas: D-M-D na versão simples, e D-M-D' na versão ampliada. Já na produção camponesa, se está diante da seguinte fórmula M-D-M, ou seja, a forma simples de circulação das mercadorias, onde a conversão de mercadorias em dinheiro se faz com finalidade de se poder obter os meios para adquirir outras mercadorias igualmente necessárias à satisfação de necessidades. É, pois, um movimento do vender para comprar (OLIVEIRA, 2007, p.40).

O quadro 2 apresenta a estrutura dos elementos da produção camponesa destacado por Oliveira (2007, p. 41-42), a partir da obra “Colonos do Vinho”, produzida por Tavares dos Santos.

Quadro 2: Elementos da produção camponesa

<p>Força do trabalho familiar: A família camponesa, trabalha em coletivo, e a força de trabalho é o motor na unidade camponesa.</p>	<p>Socialização do camponês: É através da socialização que as crianças são ensinadas desde pequenas, como personagens da divisão social de trabalho no interior da unidade produtiva, quando a criança é pequena, ela brinca com as miniaturas dos instrumentos de trabalho, quando elas crescem, passa a trabalhar com esses instrumentos.</p>
<p>Ajuda mútua entre os camponeses: Seria os mutirões, ou troca de trabalho entre os camponeses, em que não precisa pagar pela força de trabalho do outro, ou seja, um ajuda o outro.</p>	<p>Propriedade da terra: Seria a unidade camponesa, propriedade familiar, privada para muitos, mas diversa para propriedade privada capitalista, na propriedade familiar a terra serve como instrumento de trabalho que pertence ao próprio trabalhador, é terra de trabalho, é terra de trabalhador, a terra como propriedade privada capitalista, a terra é instrumento de exploração do trabalho alheio, e para o camponês pode-se colocar três situações: Camponês proprietário da terra, camponês renteiro (paga renda para poder ter acesso à terra), ou camponês posseiro (se recusa a pagar a renda, e se apossa da terra).</p>

“continua”

“conclusão”

<p>Parceria: Seria quando o camponês contrata um parceiro, e como não tem condições financeira para pagar, divide os custos e ganhos.</p>	<p>Propriedade dos meios de produção: Nesse caso, exceto a terra, em que na maioria dos casos os meios de produção são partes adquiridos, portanto, mercadorias, e em parte produzidos pelo próprio camponês, como consumidor de mercadorias (por exemplo, instrumento de trabalho), o camponês se ver subordinado ao capital, que lhe vende produtos caros e lhe paga preço baixo pelos produtores agrícolas;</p>
<p>Trabalho acessório: É quando o camponês passa a trabalhar de forma assalariada de forma periódica, recebe por período de trabalho, e essa transformação periódica constitui uma fonte de renda monetária.</p>	<p>Jornada de trabalho: Nesse caso, na unidade camponesa não há rigidez em relação ao horário de trabalho, já na capitalista sim, na unidade camponesa a jornada de trabalho varia conforme a época do ano e segundo os produtos cultivados, assim, combinam-se período de pouco trabalho (muito tempo livre, então o camponês pode desempenhar um trabalho acessório ou produzir instrumentos de trabalho), assim como também, períodos intensos de trabalho (quando o nascer e o pôr-do-sol, não são limites de trabalho).</p>
<p>Jornada de trabalho assalariada: Aparece na unidade de produção camponesa como um complemento da força de trabalho familiar em momentos críticos do ciclo agrícola, em que as tarefas exigem rapidez e muitos braços, essa força de trabalho nas unidades camponesas podem se tornar permanentes, e o camponês pode passar a ter duas forças de trabalho, a familiar e a assalariada.</p>	

Fonte: (Tavares dos Santos, 1978, apud Oliveira, 2007, p.41-42). Elaboração autoral.

Para Oliveira (2007), é dessa forma que o camponês constrói sua relação na produção, não há exploração do trabalho e o objetivo primeiro não é acumulação, mas a satisfação das necessidades da família, diferentemente do modo de produção capitalista que têm como princípio a acumulação sempre ampliada do capital.

1.3 - Breve apontamento sobre o campesinato Amazônico

Segundo Oliveira (2007) foi sobretudo a partir da segunda metade do século XX (sobretudo nos anos 1970) que a região Amazônica passou a ser a expressão de luta dos posseiros pela terra. Se nas décadas anteriores a Amazônia apresentava as dinâmicas territoriais limitadas à uma escala regional, a partir da década de 1970 as ações do Estado, agente importante nas formulações de políticas territoriais, dinamizaram o processo de ocupação regional transformando o processo de apropriação da natureza pelo incentivo à ocupação tanto camponesa quanto dos agentes do capital mediante a aquisição da terra.

O governo militar com sua política territorial voltada para os incentivos fiscais aos empresários de um lado, e de outro, fomentando a colonização também na Amazônia, como alternativa à reforma agrária nas regiões de ocupação antiga (NE, SE e S), criou o cenário para a violência (OLIVEIRA, 2007, p.136).

Por ações de política ideológica de “ocupar os espaços vazios na Amazônia” o Estado desconsiderou os povos indígenas e os posseiros existentes na região. De tal modo canalizou incentivos para ocupação da terra por empresários ligados a pecuária sobretudo. Entretanto, concomitantemente ocorreu a colonização pública e privada nos estados do “Pará, Rondônia, Acre, Roraima e em parte Mato Grosso” (OLIVEIRA, 2007. p.137).

A partir desse contexto, seguimentos compostos pela classe dos empresariados rurais passaram a implantar os projetos agropecuários na Amazônia contando com o acesso aos incentivos fiscais e créditos concedido pelo Estado. De outra parte, povos indígenas foram submetidos a genocídio⁴, e a etnocídio⁵, enquanto os posseiros foram empurrados para áreas mais distantes ou foram expulsos das suas posses⁶ migrando para as cidades.

No entendimento de Oliveira (2007) foi um processo marcado por muitas violências no campo. Esses incentivos do Estado, voltados para uma parcela de agentes que buscam a reprodução ampliada do capital, mudou as relações sociais e apropriatória da natureza. Na compreensão de Guedes (2021, p. 109): na região amazônica “Essa política estatal deixou marcas indeléveis nas relações e construção do território, na estrutura fundiária e formas de uso da natureza”.

Para Guedes (2021) o campesinato é muito diverso e se apresenta em diferentes situações no contexto rural da Amazônia. Podendo ser identificados vários sujeitos que de alguma maneira têm relação com a terra/água/floresta: posseiro, arrendatário, pequenos proprietários, assentados entre outros que foram chegando à Amazônia espontaneamente, por incentivos fiscais e por programa de colonização dirigida pelo INCRA após os anos 1970.

Não obstante, a esses sujeitos camponeses do meio rural se somam povos indígenas e quilombolas em constante lutas por terra e território respectivamente, travando relações antagônicas junto a outros agentes apropriadores da natureza. Afiança Guedes (2021, p. 111) que “Nessa região do Brasil, desde os anos de 1970, o movimento de alargamento da fronteira

⁴ Genocídio, é o extermínio deliberado de forma parcial ou total de grupos étnicos, racial ou religiosos.

⁵ Etnocídio, embora esteja relacionado com o Genocídio, enquanto o Genocídio é o extermínio sistemático de um povo, o etnocídio é compreendido como sendo o extermínio de uma cultura.

⁶ A posse ocorre quando o sujeito tem o uso fruto da terra pelo trabalho, mas não detêm o domínio aferido pelo direito constitucionalmente garantido. Esse direito ao domínio de uma fração do globo terrestre ocorre mediante a emissão do Título Definitivo da terra por órgão público competente seguido do registro em Cartório de Registro de Imóveis. Quando o sujeito está na terra, mas não dispõe da documentação comprobatória legal, constitui-se em um posseiro.

é condicionado pelo poder político-ideológico da forma política do capital, ancorado na ideia de “modernização e desenvolvimento.” Nesse processo desigual e contraditório, sujeitos e grupos lutam para conquistar à terra no anseio de se territorializar.

Guedes (2021), citando Loureiro (2009) buscou demonstrar dois momentos para se compreender a Amazônia e sua condicionada situação de fronteira. O primeiro momento (de 1970/80), sendo marcado pela presença do campesinato migrante na fronteira, com a chegada de vários trabalhadores oriundo de outras regiões do país, e a segunda fronteira de commodities⁷, em que o capital atua com força na exploração da natureza. Não obstante, na primeira fase havia a presença do capital, mas com a proporção menor do que na segunda fase.

No primeiro momento, a fronteira foi marcada pela atuação do Estado brasileiro nas políticas regionais em várias frentes: políticas de integração espacial, abrindo rodovias nas diversas direções, incentivando a ocupação da terra por pequenos, médios e grandes agricultores. Os primeiros, por meio da política de colonização dirigida pelo Incra e a criação dos Projetos Integrados de Colonização – PIC's. Esses últimos, com incentivo ao avanço da agropecuária, com políticas de aquisição da terra e linhas de créditos, entre outras benesses oferecidas ao capitalista pelo Estado (GUEDES, 2021. p.113).

Na parte oeste do estado do Pará foram abertas rodovias entre anos 1970 e 1980, a exemplo BR-230 (transamazônica) e BR-163 (Cuiabá-Santarém). A partir dessas rodovias, foram formando estradas vicinais e pequenos ramais por ações dos Governos estaduais, municipais, fazendeiros, madeireiros e posseiros. Não sem consequência. Estas trouxeram fortes mudanças nas formas de ocupações regional e na vida social dos grupos e sujeitos habitantes da região.

O Plano de Integração Nacional (PIN) lançado nos anos 1970 pelo presidente Médici tinha o objetivo de ocupar terras “inabitadas” na Região Amazônica e promover a integração entre as regiões Norte e Nordeste. A BR-163 (Cuiabá-Santarém) foi construída através desse plano, cujo lema “Integrar para não entregar” ficou largamente propagandeado entre os ideólogos desenvolvimentistas da época.

Conforme Guedes (2021), o movimento da abertura das rodovias principais e das estradas vicinais abertas a partir das mesmas, foram aumentando as estratégias de apropriação privada da terra, mediante a compra e venda ou por meio de grilagem de terras, “[...] muitas vezes viciados na origem dos processos da legitimação do latifúndio, mas aferidos pelos órgãos

⁷ Commodities, no singular, é uma expressão do inglês que se transmitiu no linguajar econômico, fazendo referência a um bem ou produto de origem primária, que é comercializado nas bolsas de mercadorias e valores do mundo todo, no qual possui um grande valor comercial e estratégico, podendo se tratar de recursos agrícolas, vegetais ou agrícolas.

públicos.” (GUEDES, 2021, p.115). Ele assevera, destacando a interpretação de Loureiro (2009) que a terra se tornou cada vez mais objeto de disputa, “tornou-se um produto de venda, revenda e especulação, mas também elemento de vida e morte na fronteira” (LOUREIRO, 2009. apud GUEDES, 2021, p.115).

De tal modo, a Amazônia passou a se constituir por processos de ocupações e complexas relações de classes conflitantes, no que tange a diversidades de sujeitos que compõem a região e disputam a terra. Desde aqueles que vieram trabalhar na construção das estradas, barragens, projetos minerais entre outros e por variadas razões permaneceram na Amazônia constituindo parte dos sujeitos ocupantes das terras públicas. Até aqueles que chegaram por incentivo a colonização estatal e espontânea mediante à várias formas e situações ocupacional da terra, sobretudo a posse.

Os conflitos na fronteira Amazônia são decorrentes, sobretudo pela contradição interna ao Estado e sua posição face aos interesses das classes e grupos sociais presentes na região. Foram muitas mudanças ocorridas nos tempos e movimentos da fronteira: maior adensamento populacional, pressão sobre apropriação privada da natureza, presença do capital internacional, maior produção de um sistema logístico para atender os fluxos que se processam pela dinâmica econômica capitalista mundial, maior presença de movimentos sociais defendendo objetivos distintos, sujeitos apoiados na autoidentificação que lutam em defesa do território e da terra, maior presença de instituições do Estado, Ongs e empresas privadas. (GUEDES, 2021, p. 115-116)

Observou o autor, que a terra antes apropriada pela posse e uso dos camponeses, quilombolas e povos originários, servindo à reprodução dos sujeitos e grupos comunitários, pelo processo de construção do território capitalista passou a ganhar outro significado mediante relações jurídicas e políticas que à tornaram uma mercadoria que tem preço, podendo ser adquirida por relações de compra e venda por valor equivalente (GUEDES, 2021).

Portanto, para essa pesquisa que buscou-se compreender o campesinato enquanto classe que disputa a mercadoria terra com outra classe, apresento nos capítulos subsequentes as relações relativas a tais processos colocando no centro da análise o seguimento camponês da comunidade Boa esperança e sua conflitante relação com os produtores de soja.

CAPÍTULO II- A OCUPAÇÃO DA TERRA NA COMUNIDADE DE BOA ESPERANÇA-SANTARÉM/PA

Apresento nesse capítulo o processo de ocupação da terra, a formação da comunidade de Boa Esperança e as ações discriminatórias das terras públicas e privadas situadas no recorte empírico de observação dos fenômenos espaciais desta pesquisa.

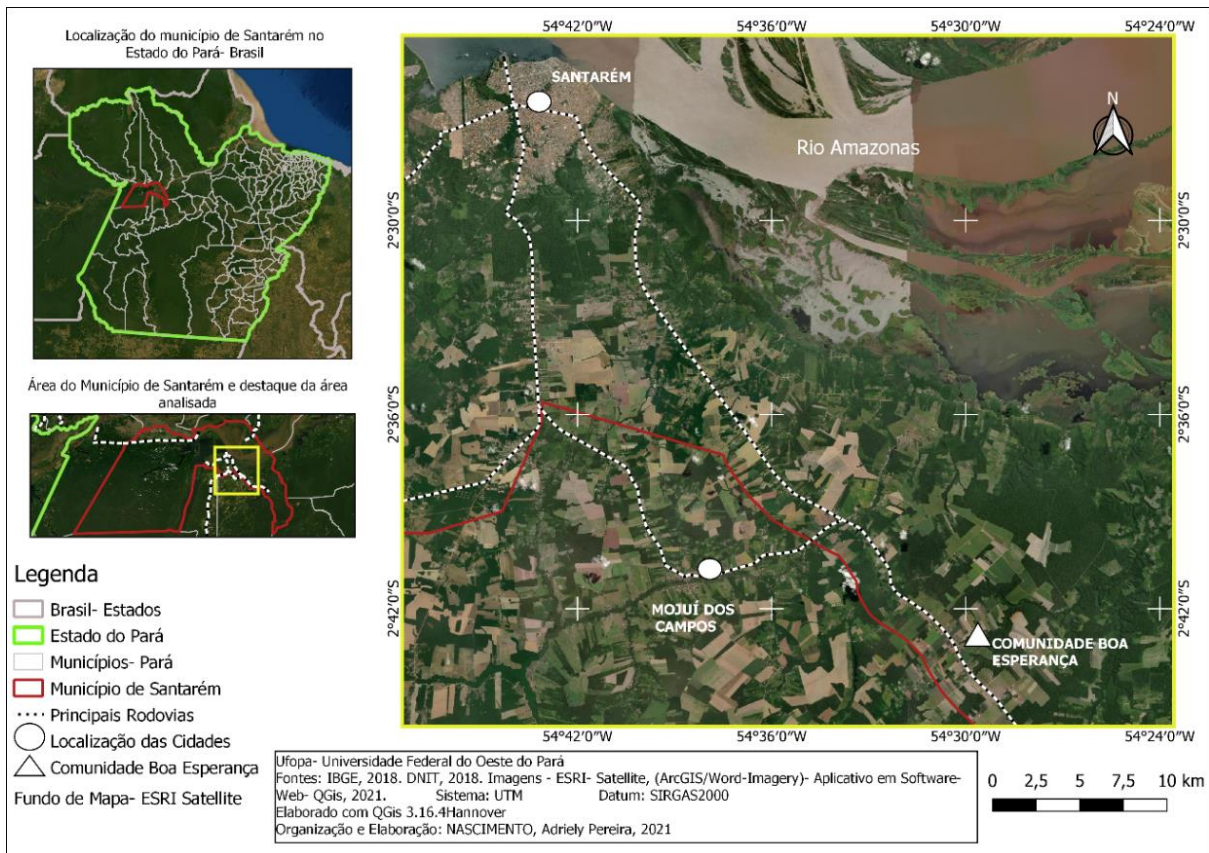
Para construção das ideias exposta nesse capítulo, fiz revisão bibliográfica, recobrei lembranças da minha infância, entrevistas com moradores, alguns familiares, bem como pude contar com a leitura de um livro (ainda que não seja um livro produzido com o rigor exigido pela academia), o autor Sr. Raimundo Alberto, conta a história da comunidade.

Soma-se ainda, os trabalhos do professor André das Chagas Santos, sobretudo sua pesquisa de doutorado intitulado “Uso do território e dinâmicas territoriais na região da rodovia Santarém-Curuá-Una (PA 370): O exemplo da realidade da comunidade de Boa Esperança.” (SANTOS, 2020). Esses trabalhos contribuíram muito para a elaboração das ideias aqui sistematizadas.

2.1 Processo de formação da Comunidade de Boa Esperança

A comunidade de Boa Esperança fica localizada na área de planalto do município de Santarém estado do Pará, situada no Km 43 da Rodovia PA-370 (Santarém/Curuá-Una). Foi fundada no ano de 1961 e ganha destaque por ser uma das maiores produtora agrícola de farinha de tapioca nesse município, concentrando população aproximada de 600 unidades familiares.

Figura 1: Mapa de Localização da Comunidade Boa Esperança, Santarém-PA



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

A formação dessa comunidade, é reflexo dos incentivos destinados a ocupação da terra na Amazônia, como destacou Santos (2020):

A produção da vida material da comunidade de Boa Esperança esteve diretamente relacionada às políticas públicas de desenvolvimento para a região. A intenção dos governos brasileiros era promover a ocupação do espaço amazônico, considerado naquele momento como vazio demográfico. Para garantir a ocupação, houve incentivos aos movimentos migratórios em direção à Amazônia, com promessa de apropriação de terras, incentivos fiscais, infraestrutura, para a produção, construção de agrovilas, malha rodoviária, portos, aeroportos, sistema de comunicação. Além de povoamento e exploração de potencial econômico da região, o Estado justifica a imigração como uma política de segurança e soberania territorial. (SANTOS, p.21, 2020)

A partir dos anos 1960 o setor energético adentrou na região Amazônica com meta de exploração de suas potencialidades, carregando consigo contradições e conflitos para além do desenvolvimento regional. Essa política cominou com a construção da Usina Hidrelétrica de Curuá-Una (UHECU), abertura da rodovia estadual PA 370 e a formando das comunidades a margem dessa rodovia, exemplo de Boa Esperança.

As primeiras unidades familiares ocupantes da terra nessa área chegaram na década de 1960. As famílias eram oriundas de várias regiões do país com maior predomínio de pessoas dos estados do nordeste (principalmente Ceará e Maranhão) e região Sul, bem como de comunidades vizinhas.

Para a construção da Usina Hidrelétrica de Curuá-Una nas décadas de 1960 e 1970, foi construída uma rodovia e, em margens houve o processo de povoamento de pequenos produtores que formaram comunidades além das que já existiam. Uma das comunidades que mais cresceram em volume populacional foi a comunidade de Boa Esperança, localizada no km 43 da rodovia. (SANTOS, 2020, p.92)

Na Figura 2 apresento localizações, ao longo da rodovia PA-370 (linha amarela), a comunidade de Boa Esperança (circulada de vermelho) e a Usina Hidrelétrica de Curuá-Una (circulada de amarelo). Observe o leitor a presença de várias comunidades localizadas nas proximidades e as margens da rodovia.

Figura 2: Em destaque a comunidade Boa Esperança a margem da rodovia PA-370



Fonte: Google Earth (2022). Elaboração autoral.

Situa-se a formação da comunidade Boa Esperança a partir dos anos 1960 com a construção dessa Usina Hidrelétrica de Curuá-Una e a abertura da PA-370, bem como outras comunidades constituídas durante esse período.

Vale ressaltar que a construção da rodovia PA-370, e a Usina Hidrelétrica de Curuá-Una, têm relações com à extração do Pau Rosa (*Aniba rosaeodora Ducke*) na primeira metade do século XX (SANTOS, 2020). Situada na área de terra-firme, dessa espécie era extraído o óleo essencial para a indústria de cosméticos, exigindo na década de 1920 abertura de pequenos ramais para realizar a exploração desse produto. O ramal principal ficou conhecido como estrada de Paxiúba. Contudo, nos anos 1940 o ramal foi abandonado em razão do fim da exploração do Pau Rosa. Mas essa pequena estrada, Paxiúba, passou a ser usado como via de acesso para a construção da UHE de Curuá-Una.

Segundo Santos (2020) à margem dessa estrada havia algumas comunidades e com a política de apropriação de terras públicas, naquele contexto (até meado dos anos 1970) as terras

estavam jurisdição do governo do Estado do Pará, foi estabelecido o processo de ocupação da terra à margem da rodovia PA-370 em construção.

A possibilidade real de acesso à terra atraiu muitas famílias. De tal modo, foram sendo construídas as comunidades à margem dessa rodovia e a terra foi sendo ocupada com a atividade agropecuária. Porém em 1952 a prefeitura de Santarém iniciou alargamento e a abertura da estrada Paxiúba, objetivando fazer chegar até às margens do Rio Curuá-Una contribuindo ainda mais para ocupação da terra.

As comunidades da PA 370 foram formadas de maneira geral por pequenos produtores, responsáveis pela derrubada das áreas de mata nativa, sobretudo pelo uso de técnicas de produção tradicionais e cultivo da terra, baseado no sistema de corte e queima, com áreas de pousio. (SANTOS, 2020, p.104)

Inicialmente as famílias camponesas das comunidades rurais ao longo da rodovia plantavam arroz, feijão, verduras, legumes, frutos, criavam gado, galinhas entre outros pequenos animais. Prevalcia nas comunidades o trabalho familiar, mas o aumento da população residente fez alguns poucos sujeitos começarem desenvolver relações de trocas mercantis surgindo assim pequenos comerciantes para atender a demanda local.

Nos anos 1980 e 1990, a pimenta do reino ganhou destaque entre os produtores. Mas a queda do preço da pimenta no início dos anos 2000 desestimulou os pequenos produtores tornando esse cultivo pouco atraente para famílias. Diante da questão, os camponeses, sobretudo da comunidade Boa Esperança, passaram a trabalhar principalmente com cultivo de mandioca passando a produzir farinha de tapioca e farinha amarela.

A demanda por esses produtos no comércio local ganhou destaque exigindo das famílias camponesas maior produção. A boa qualidade da farinha de tapioca e amarela, colocou a comunidade Boa Esperança em posição de destaque ampliando as vendas no comércio e conquistando consumidores na cidade de Santarém e outras localidades, inclusive Manaus (SANTOS, 2020).

A demanda pela procura da farinha aumentou significativamente o número de unidades familiares trabalhando no cultivo das roças de mandioca, conseqüentemente conduziu a expansão de área plantada exigindo, igualmente, maior número de casa de farinha⁸ a serem construídas, com técnicas melhoradas bem como melhores condições dos equipamentos devido ao aumento da produção.

⁸ Casa de farinha, é um local coberto, ou seja, uma fábrica artesanal de farinha de mandioca.

A partir dos anos de 2000, iniciou efetivamente o cultivo de grãos de soja e milho nas terras antes ocupadas com plantações de roças de mandioca como apresentarei no terceiro capítulo deste trabalho demonstrando como esse tipo de produção tem transformado as relações sociais, a forma de trabalho das famílias, bem como colocou a terra como objeto de disputa por esses agentes do capital e o seguimento camponês.

Desde a ocupação da terra e a formação das comunidades, prevalecia a agricultura camponesa. Os sujeitos camponeses, enquanto poliprodutores, produziam na terra para o autoconsumo e comercializavam excedentes da produção garantindo desse modo o sustento da família. Contudo, a partir da introdução dos grãos de soja e milho, está ocorrendo mudanças significativas na produção camponesa pela redução da disponibilidade de terra sob posse dos produtores familiares para plantio e cultivo da mandioca.

2.2 Discriminatória administrativa da terra

A palavra discriminatória vem do verbo discriminar, que significa separar, especificar. Em se tratando de política fundiária ocorrida na Amazônia nos anos 1970/1980, significou ações efetivas do Estado para separar as terras públicas das terras privadas. Naquele contexto na região amazônica as terras eram em sua maior quantidade devolutas⁹.

O Estado ao implementar políticas fundiárias mediante ações discriminatórias administrativas das terras devolutas na Amazônia convocou pretensos proprietários a se fazerem presente e reclamar direito. O Estado ao fazer o reconhecimento legítimo do direito à terra reclamadas pelos sujeitos buscou regularizar as terras, separando o público do privado, mediante o registro cartorial e assim manter o controle social mediante o exercício da territorialidade estatal (GUEDES, 2021).

No discurso oficial do Estado, essa política discriminatória da terra teria sua importância pela necessidade de regularizar e coibir ocupações ilegais, bem como promover o acesso democrático à terra. De tal modo, a ação estatal estava executando uma política fundiária em acordo com a Lei de terras de 1850 quando instituiu que para o sujeito adquirir terra seria mediante a compra ou de legitimação das ocupações.

⁹ A noção de terras devolutas nessa pesquisa está ancorada na definição de Souza Filho (p. 133 e 134) “as terras devolutas são aquelas que não são, nem nunca foram legitimamente patrimoniadas. Quer dizer, uma vez integradas ao patrimônio público ou privado de forma legítima, deixam de ser devolutas para sempre.”

Nestes termos, Projetos Fundiários foram executados na Amazônia, e consecutivamente as terras situadas no estado do Pará em boa medida passaram por processos discriminatório administrativo. Esse plano político e estratégico teve o objetivo de garantir as frentes de expansão e ocupação da Amazônia, com intuito de controle de terras. A base legal que assegurou o exercício da territorialidade estatal foi a vigência do Decreto de Lei Nº1.164/71 e outros instrumentos jurídicos e políticos desta lei decorrentes (GUEDES, 2021).

Afim de acelerar o processo de arrecadação de terras para a União, o INCRA criou os Projetos Fundiários, subordinados às Coordenadorias Regionais, com a finalidade de: promover a discriminação de terras devolutas; providenciar a incorporação ao patrimônio público das áreas desocupadas e das ilegalmente ocupadas, administrando as enquanto não tiverem outra destinação legal; providenciar a titulação das posses legítimas ou passíveis de regularização, de acordo com a legislação em vigor; propor o reconhecimento dos títulos de domínio existentes, desde que provada sua legitimidade; executar os desmembramentos ou parcelamentos das áreas devolutas desocupadas, segundo indicação do INCRA. (IBGE, 1979, p. 82-83 *apud* GUEDES, 2021, p.153)

Segundo Guedes (2021, p. 153): “Projetos Fundiários foram construídos para eleger áreas, delimitar recortes fundiários, discriminar, arrecadar e registrar em cartório de ofício de imóveis terras públicas em nome da União”. Em se tratando regularização fundiária das áreas ocupadas, reconhecido a legitimidade mediante comprovação da posse e averiguações documental, o Incra fazia o reconhecimento emitindo os respectivos Título Definitivo excluindo a área da terra pública pelo destaque apresentado da terra da União para o domínio particular.

Em resumo, o Estado fez a identificação das propriedades particulares presentes no interior das glebas eleitas, fez discriminações e diferenciou as terras públicas das terras de domínio privado. Com as informações coletadas “o Incra exclui as terras reconhecidas como propriedades privadas, confronta “documentos legais”, arrecada as terras identificadas como devolutas e registra nos cartórios de imóveis as terras públicas em nome do Estado Brasileiro” (GUEDES, 2021, p.153).

Em princípio todas as terras no Brasil são públicas. Portanto, em uma relação jurídica de interesses particulares, o sujeito requerente precisa provar documentalmente o destacamento da terra do patrimônio público para o sujeito titular proprietário, caso contrário, isto é, não seja comprovado o destaque mediante Título emitido por instituições, autarquia, do Estado conferindo ao interesse particular o domínio de uma determinada porção da superfície terrestre

nos limites do território do Brasil, torna-se sem efeito as reclamações do requerente. (GUEDES, 2019).

Informa o autor, ser o Projeto Fundiário Santarém (PF-Santarém) parte dessa ação política. Sua efetividade ocorreu através de resolução e ato normativo interno a estrutura organizacional da Superintendência Regional do Incra Belém/PA (SR-01) concedendo competência prática da execução para a Unidade Avançada do Incra Santarém, respeitado por disposições legais. (GUEDES, 2019;2020)

Nas ações do PF-Santarém, das 36 (trinta e seis) glebas eleitas, com área total de 14.144,161 (quatorze, cento e quarenta e quatro vírgula um seis um) hectares, muitas não foram discriminadas e arrecadadas pelo Incra na vigência do decreto que federalizou as terras. Apenas 22 (vinte e dois) dessas glebas públicas tornou-se área de jurisdição do Incra, correspondente a 7.324.311 hectares. Essas foram registradas em cartórios, em nome da União.

Infere-se que por consequência de muitos fraldes o Incra julgou procedentes muitos processos de reconhecimento de dominialidade. Contudo, analisados caso a caso é possível identificar muitos documentos que não são translativos de domínio, portanto, não deveriam ser aferido legitimidade de domínio (GUEDES, 2019, p.3). Isso quer dizer que existem contradições no que diz respeito aos documentos do Incra nas discriminatórias, envolvendo arrecadações e titulações das terras no Projeto Fundiário-Santarém, incluindo emissões de títulos de forma irregular.

Guedes (2019, p.3) sobre esse assunto destacou:

Não são poucas as tentativas de fraudes e processos em que pretensos proprietários não conseguiam comprovar documentalmente a cadeia dominial da posse porque os papéis analisados pelo Incra não confirmam destaque da terra requerida, do patrimônio da União. Uma série de “ilícitos” são acompanhados de uma estrutura organizacional do Estado que legitima a grilagem de terras públicas na Amazônia (GUEDES, 2019, p.3).

Observa-se que no Brasil a partir da lei de Terras de 1850, contexto em que a terra passou a ser mercadoria, é crescente o número de irregularidades (grilagem por exemplo) presentes nos processos documentais em que sujeitos solicitam averiguações de domínio. Compreende-se a ocorrência de tais fatos porque a terra se tornou objeto de compra e venda e sobretudo meios para se extrair renda.

Destaca-se que “Os PF’s deram origem às glebas federais e alocaram as faixas das fronteiras marginais da Amazônia no mercado de terra por meio de ações discriminatórias e arrecadatórias das terras em nome da União” (GUEDES, 2020, p. 23). Essa política

desencadeou disputa entre os sujeitos, envolvendo quilombolas, indígenas, camponeses, e agentes do capital.

A área que compõe a comunidade Boa Esperança está localizada nas glebas Ituqui (margem esquerda da PA-370), e Curuá-Una (margem direita da PA-370), constituída por terra-firme, conhecida localmente como planalto. O processo de ocupação humana e apropriação da natureza, foi responsável pela construção das unidades sociais domésticas próprias da Amazônia brasileira, as comunidades rurais. Trata-se de terra apropriada por unidades familiares em que algumas apresentam Títulos Definitivos outras são posses simples.

Ainda, segundo Guedes (2021, p.31) a história jurídica dos imóveis arrecadados pelo Incra:

[...] desde a discriminatória realizada pelo Incra, expressa territorialidades em tensão, [...], marcada por processos e disputas por terra e pelo território, com manifestações das lutas e situações de conflito relacionadas ao processo apropriatório da terra em situação de posse por grupos indígenas, quilombolas e camponeses; mas sob forte pressão da forma política estatal e dos agentes do capital, no caso imbuídos por propósitos de construção de formas sociais que atendam à necessidade da acumulação, sobretudo à formação da propriedade privada individual da terra.

A partir dos estudos realizados por Guedes (2021) e os casos empíricos observados na comunidade boa Esperança, é possível inferir que os interesses privados relativos ao processo apropriatório da terra ganharam maior relevância, sobretudo após o cultivo de grãos na área do planalto. Observa-se grande movimentação por parte dos agentes produtores de soja que atuam na relação com os camponeses, intencionados a comprar a terra, esteja legalmente documentada ou simplesmente sob posse das famílias. Em razão disso, está ocorrendo diminuição das terras ocupadas por cultivo de mandioca.

CAPÍTULO III- AVANÇO DO CULTIVO DE GRÃOS E SEUS EFEITOS NA COMUNIDADE BOA ESPERANÇA

Por esse capítulo apresento a dinâmica contemporânea da comunidade Boa esperança destacando o acirrado processo de disputa pela terra entre os cultivadores de grãos e os produtores de mandioca. O cultivo da soja tem crescido e passou a ocupar maior área plantada na comunidade.

Primeiro dou destaque a produção da farinha de tapioca a partir da mandioca. Realço que é a farinha de tapioca um dos principais produtos do sustendo das famílias. Segundo faço relato das mudanças e permanências ocorrida após a introdução da fécula para o processo de produção da farinha de tapioca substituindo a mandioca.

Por fim, apresento alguns elementos como resultados da pesquisa enfatizando as entrevistas e observações empíricas. Indico também as mudanças que se processam no trabalho familiar, bem como algumas razões pelas quais as famílias vendem ou arrendaram suas terras para os plantadores de milho e soja.

3.1 A cultura da Mandioca para a produção da farinha de tapioca

A mandioca é o produto utilizado para a produção da farinha de tapioca, farinha branca e da farinha amarela. Maior quantidade de casas de farinha em Boa Esperança produzem a farinha de tapioca. A plantação da mandioca é uma cultura que tem diminuído na comunidade, devido à concorrência expansiva do cultivo de grãos, a compra e o arrendamento da terra para o monocultor. Restam poucas pessoas que ainda plantam a mandioca e alguns utilizam de outro meio para produzir a farinha de tapioca, a fécula exportada do Paraná, mas já está sendo produzida no Estado do Pará.

3.1.1 Preparo na terra

O processo de plantação de mandioca inicia-se com a preparação da terra. Por longo período a preparação da terra para a plantação da mandioca acontecia mediante técnicas da coivara¹⁰. Essa forma tradicional de limpar o terreno consistia em derrubar a mata de forma

¹⁰ Coivara consiste em cortar e queimar a vegetação de um terreno para limpá-lo. Derrubar a mata e queimar é uma técnica de domínio milenar por povos da Amazônia e apresenta baixo custo de limpeza da terra. Contudo em grandes proporções provoca sérios impactos ambientais.

manual. Em seguida esperava-se secar a vegetação (período aproximado de 30 ou 40 dias) para ser realizado a queima. Assim, iniciava-se a plantação e cultivo de variedades de raízes, legumes, frutas e hortaliças.

Conforme os relatos dos moradores durante realização do trabalho de campo, essas técnicas tradicionais de limpeza do terreno estão mudando e tais maneiras de preparo do solo coexistem com o trabalho mecanizado. Hoje muitos sujeitos ligados a plantação e cultivo da mandioca contratam máquinas para fazer o preparo da terra. Depois que a terra fica pronta, inicia-se o processo de plantação realizado por homens e mulheres.

3.1.2 A roça da mandioca e o meio de transporte

O processo de plantio até o período da colheita dura aproximadamente 12 meses. A partir desse tempo de espera para a roça de mandioca amadurecer, inicia-se o processo da colheita, isto é, a retirada da mandioca para produção da farinha e outros derivados. Segundo os sujeitos ligados ao plantio da mandioca, a colheita pode acontecer até 24 meses após o plantio.

A roça quando plantada deve ser cuidada no período da chuva e na estiagem. Os camponeses devem realizar a limpeza da área plantada (capina do terreno), duas ou três vezes antes de fazer a colheita da mandioca para que o plantio desenvolva e apresente resultado.

Após esse contexto (24 meses) a mandioca fica envelhecida e apresenta perda significativa no rendimento do produto. Para além dessa realidade, há necessidade de realizar novo cultivo no solo - plantio-colheita-plantio – seja novamente a mandioca ou para outro tipo de cultura. A colheita é feita de forma manual e geralmente são os homens que realizam, uma vez que, precisa de força para arrancar a mandioca.

Durante longo período se utilizava a força animal (boi, cavalo) como meio de transporte para carregar a mandioca até as casas de farinhas. Em boa medida essa realidade tem mudanças, hoje a força de tração animal quase não é mais utilizada, pois se utiliza mais de um transporte adaptado, que na comunidade eles chamam de poque-poque ou fubica como mostra na figura 3.

É bom destacar que esse trabalho seria feito no período de seca, no verão. No período de novembro a dezembro antes do início do período chuvoso.

Figura 3: Meio de transporte fubica



Foto: Trabalho de campo, Junho/2022. Registro da autora.

Essa mudança no uso do transporte ocorre por duas razões: primeiro as áreas próximas a comunidade Boa Esperança, em boa medida, estão ocupadas com plantio de grãos. Segunda razão, justifica-se pelo fato de maior parte da produção de mandioca que chegam as casas de farinhas hoje, vem de áreas mais distantes dificultando o transporte de mandioca pela força animal. Daí, pelas distâncias das terras utilizadas, eles utilizam o transporte motorizado até a casa de farinha.

3.1.3 Colheita da mandioca e a produção da farinha

A colheita é feita na maioria das vezes pela parte da manhã. Isso ocorre devido ao longo trabalho no preparo da mandioca para a produção da farinha. Predomina o trabalho da unidade familiar, desde a construção da roça, arrancar a mandioca, transporte até chegar à casa de farinha, início da preparação até o processo final de torrar da farinha.

Esse processo dura em média três ou quatro dias para a farinha ficar pronta para o consumo e comercializar. Nas formas da tradição, os trabalhos iniciam-se pelo processo de descascar a mandioca manualmente, uma a uma com uso de facas, seguido de lavagem. Hoje, com as mudanças, prevalece a lavação direta, isto é, consiste retirar toda impureza da mandioca no lavador.

Desta maneira, o barro, a “pele” de cor avermelhada ou escura. Depois é feito o enxague em pequenos tanques de concreto contendo em média 3.000 ou 4.000 litros de água movimentado por máquinas com polias e correias, que está representado na figura 4, imagem A). Após a retirada de todas as impurezas, a mandioca é passada para o processo de trituração num equipamento demonstrado na imagem B) da figura 4, tornando-se massa de mandioca.

Figura 4: Lavador e triturador de mandioca



Fonte: Trabalho de campo em junho/2022. Registros e elaboração autoral.

Após a trituração e a constituição da mandioca em massa, inicia-se o processo de lavagem da massa para extrair o amido existente na massa. Concluído tal procedimento resta a massa seca. Essa massa seca é descartada e utilizada como ração animal e o amido fica depositado nas caixas junto com o tucupi, conforme representa a figura 5. Depois de aproximadamente um período de 4 a 5 horas, o amido fica acumulado no fundo das caixas e o tucupi é despejado fora. A imagem A) da figura 5 representa o processo em que essa massa está sendo lavada para extração do amido.

Restou no fundo da caixa a massa de amido que constitui a tapioca que por sua vez, passa por novo processo de lavagem. Mais uma vez se coloca todo amontoado de amido dentro de uma nova caixa utilizando água para realizar o processo de coagem. Ao fim desse

procedimento é esperado em média entre 11 e 12 horas para separar todas as impurezas que existe na goma de amido de mandioca.

Tais impurezas emergem na água sendo descartada, ficando a goma embaixo. A água é jogada fora seguido de secagem da goma, ou seja, extração do excesso de água até aproximadamente 85% a 90 %. Na imagem B) da figura 5, mostra a goma depois de ter extraído o excesso de água. Estando a massa do amido de mandioca seca, ela passa por processo de peneiração seguido de embolação (para formar as bolas)¹¹. Após todo procedimento, a tapioca está pronta a ser levada ao forno para ser torrada, conforme a imagem C) da figura 5.

¹¹ Antes o processo era feito de forma manual, geralmente por mulheres, que ficavam embolando dentro de bacias grandes, precisava-se de mais de uma pessoa, hoje já se tem máquinas que facilita esse serviço, e que só precisa de uma pessoa para ficar auxiliando a máquina.

Figura 5: Lavagem da massa para extração do amido



Fonte: Trabalho de campo em junho/2022, registro e elaboração autoral.

Vale ressaltar que até os anos 2005 aproximadamente, o trabalho de torrar a farinha acontecia em fornos manuais. Mas com o programa de eletrificação rural do governo federal e a chegada da energia elétrica à comunidade Boa Esperança, são poucas casas de farinhas que ainda fazem usos de fornos manuais. Hoje são fornos semi industriais, movidos a energia elétrica, mas ainda precisa da mão de obra humana, a figura 6 representa esse tipo de forno. É ele quem realiza uma série de atividades laborativas e cuidadosas na torração da farinha de

tapioca. Tal como: colocar a lenha, coloca e retirada da tapioca, entre outros que exige do sujeito experiência e expertise no cumprimento das tarefas.

Figura 6: Forno de torrar a tapioca



Fonte: Trabalho de campo da autora em Janeiro/2022.

Após a farinha torrada, ela passa por processo de peneiração para separar dos pozinhos finos que se constituíram em forma de caroços no momento da embolação, conforme mostra a figura 7. Por fim, o produto último, a tapioca, é colocada na balança, aferisse o peso e finalmente embalada vendida nas feiras da cidade, nas casas de comércio locais e outros estados, especificamente Amazonas e Amapá.

Figura 7: Farinha de tapioca peneirada



Fonte: Trabalho de campo da autora em Janeiro/2022.

As especializações das casas das casas de farinha fizeram-se necessárias para que a produção conseguisse atender a demanda do mercado consumidor. Mas mesmo com o melhoramento dos maquinários, não foi o suficiente, então os atravessadores começaram a importar a fécula de mandioca da região Sul e Centro Oeste.

Diante do pensamento de Chayanov (1981), ao contrário do modo de produção capitalista, na produção camponesa o que prevalece é o trabalho familiar, sem fins de acumulação de riquezas, mas sim, o sustento da família. Nas casas de farinha o que predomina é o trabalho familiar, até mesmo nas casas de farinha que hoje fazem farinha de tapioca por meio do produto terceirizado (fécula).

Com as indagações do autor, consigo compreender que o sujeito camponês não precisa estar totalmente ligado ao trabalho à terra, ele pode recorrer a outras formas de produção, em busca de renda para o sustento da família.

3.2 Produção da farinha de tapioca a partir da fécula

A fécula é um produto importado especialmente do Paraná e vem se tornando a matéria prima mais utilizada por pequenos produtores na produção de farinha de tapioca na comunidade Boa Esperança. No início dos anos 2000 quando aumentou a demanda pela tapioca a produção a partir da mandioca não dar conta de responder a procura desse produto. De tal modo, a fécula passou a ser o meio que os atravessadores encontraram para atender às demandas regional. (SANTOS, 2020)

A organização do trabalho para a produção da farinha a partir da fécula segue relações de serviços terceirizados via contratação de famílias que possuem casas de farinha. O sujeito compra a matéria prima e repassa a pequenos produtores pagando o serviço por produção.

O dono da fécula fica responsável por custear a despesa com o transporte até as casas de farinha e retirada da tapioca já pronta para comercialização. Significa compreender que a família envolvida no processo de produção da farinha de tapioca a partir da fécula não é proprietário do produto, mas está em uma relação de venda temporária do trabalho familiar.

Os sujeitos entregam pacotes de 25kg de fécula (figura 8) aos donos da casa de farinhas e recebem pagamento por produção. Por cada pacote torrado de fécula os trabalhadores recebem R\$ 10,00. Segundo os entrevistados, torra-se em média 40 sacos de 25 kg de fécula por dia. Nessa relação de produção da farinha a partir da fécula, a base é o trabalho familiar, mas há também relações do trabalho que ocorre por contratos de pessoas diaristas na realização da produção. A figura 9, refere-se a uma produção de farinha de tapioca a partir da fécula.

Figura 8: Pacotes de fécula



Fonte: Trabalho de campo da autora, janeiro/2022.

Figura 9: Produção de farinha a partir da fécula



Fonte: Trabalho de campo da autora em Janeiro/2022.

Por ocasião do trabalho de campo fiz entrevista em que alguns, poucos, donos de casa de farinha afirmaram ser possível torrar em média 90 sacas de farinha por dia. Segundo depoente, esse feito é possível dividindo grupos de trabalho seguindo turnos escalonados. Um turno torra pela parte da manhã e outro pela parte da tarde. Nesses casos, o pagamento pelo trabalho serve para a despesas com diárias dos ajudantes, energia elétrica e manutenção das máquinas da casa de farinha, o restante da renda fica com a família.

O processo de produção, segundo os pequenos produtores, se torna mais prático com a fécula que com a mandioca. Essa praticidade é devida não precisar passar por todo o processo inicial exigido pela mandioca. A fécula depois que chega à casa de farinha só se coloca na água, secar e torrar. No caso da mandioca, passar por um processo complexo até chegar ao ponto lavar ao forno e ser torrada. Portanto, além do produtor ter mais praticidade, ele tem mais goma na casa de farinha, podendo produzir em maior quantidade. Contudo, não são todos que gostam de trabalhar na relação do trabalho terceirizado, há aqueles que gostam de trabalhar com a mandioca de maneira tradicional.

3.3 Festival da Tapioca

Com o crescimento da produção de mandioca e o destaque que ganhou a farinha na reprodução das famílias, os camponeses tomaram a decisão de fazer acontecer anualmente uma celebração festiva intitulado festival da Tapioca¹². Iniciado no ano 2000 essa festa passou a ser tradição porque representa comemoração da cultura, conquistas e tradições da comunidade. Esse festival é um acontecimento muito importante pois retrata do que ficou marcado na história da comunidade, já que celebra a forte produção da tapioca pelas famílias que através desse produto tiraram ou tiram seus sustentos.

A figura 10 apresenta o cartaz de divulgação do 14º Festival da Tapioca realizado no ano de 2013. O destaque está posto para a rainha da tapioca, as comidas típicas produzidas a partir da tapioca e a fubica. Na figura 11 observamos as rainhas da tapioca com trajes feitos artesanalmente com enfeite de bolinhas de tapioca, e a figura 12 representa a corrida das fubicas na abertura de um dos festivais da tapioca.

¹² Salienta-se que no ano de 2021 não ocorreu o evento em razão do momento pandêmico provocado pela COVID-19, enfrentado pela população mundial. Dado a reunião de muitas pessoas, ficou inviável a realização.

O evento passou a atrair pessoas das comunidades vizinhas, cidade próximas, e conta com diversificada programação envolvendo homens e mulheres. São feitos trajes artesanalmente para o desfile, shows, venda de churrasco, vendas de variedades de comidas típicas produzidas a partir da tapioca, venda de galinha caipira, farinha amarela e a tradicional corrida de fubica (figura 12).

Figura 10: Cartaz de anúncio do 14º Festival da Tapioca



Fonte: Estado Net, 2013.

Figura 11: Rainhas do Festival da Tapioca



Foto: Tirada por: Mello em 2017.

Observe que as rainhas estão vestidas com trajes feitos de forma artesanal com bolinhas de tapioca para representar o festival (figura 11).

Figura 12: Corrida de fubica no Festival da Tapioca



Fonte: G1, 2018.

3.4 Mudanças na dinâmica de produção camponesa em boa esperança

Como já destacado, a produção da farinha de tapioca tem se tornado o produto de destaque entre as famílias camponesas dentro da comunidade, após o declínio da produção da pimenta do reino. Segundo Santos (2020, p.115), “a produção da farinha de tapioca é uma atividade presente desde a década de 1970, mas foi somente na década de 1980 que algumas famílias começaram a produzir a farinha de tapioca de forma intensiva”. As casas de farinha geralmente são construídas com a característica rústica, são cobertas de telha, com estrutura de madeira roliça, sem divisória, e com o piso revestido de cimento. É o ambiente que se produz a farinha de tapioca e a farinha amarela (figura 13).

Figura 13: Casa de farinha

Fonte: Trabalho de campo da autora em Junho/2022.

Nos anos 1990, com o aumento da demanda por farinha os produtores necessitaram de áreas maiores para plantar a mandioca, bem como melhorar seus equipamentos. Mas maior produtividade provocou diminuição dos preços, diminuindo também a renda das famílias (SANTOS, 2020). No contexto de aumento de produção a comunidade chegou a mais de 90 casas de farinha em funcionamento e todas as famílias que tinham as casas de farinha plantavam mandioca (SANTOS, 2012).

Destaca-se a terra e as casas de farinha pelo que representou e representa para as famílias da comunidade. São nelas que o exercício do trabalho familiar se efetiva. Contudo, diante da expansão da agricultura de grãos na região está ocorrendo concorrência por terra com diminuição do cultivo da mandioca. Nestes termos, para compreender o processo em curso (diminuição do cultivo de mandioca e redução das casas de farinha) fiz entrevistas com sujeitos que tem ou tinha casa de farinha, para entender a disputa por terra em Boa Esperança.

Observa-se que antes do cultivo de grãos nas terras ocupada por cultivo de mandioca, prevalecia o uso da terra pelos pequenos produtores, seja na condição de posseiros da terra pública ou pequenos proprietários da terra que utilizavam para cultivo de frutos e mandioca para a produção da farinha de tapioca e da farinha amarela.

No atual contexto tem pessoas que tem a casa de farinha equipada, mas não tem a terra para plantio, outros têm áreas plantadas e não possuem a casa de farinha, mas há aqueles que têm a terra e casa de farinha. Portanto, há aqueles que trabalham com a mandioca desde o plantio até a produção. Há também número expressivo de famílias que trabalham com a fécula oriunda do Paraná.

O trabalho de Santos (2020) indica que no ano de 2019 havia na comunidade Boa Esperança 78 (setenta e oito) casas de farinha desativadas, ou seja, as famílias pararam de produzir a farinha de tapioca/amarela nelas, e 36 (trinta e seis) casas de farinhas em funcionamento, sendo que funcionavam 8 (oito) casas de farinha que produziam a farinha com fécula, e 28 (vinte e oito) casas de farinham produziam a farinha com a mandioca. A partir dessa pesquisa de santos (2020) que mostra quantas casas de farinha tinham ativadas no ano de 2019, realizei um outro levantamento pra saber quantas casas de farinha ainda estavam em funcionamento (Quadro 2).

Melhor explicando a tabela 1, apresenta o quantitativo de casas de farinhas que foram identificadas em funcionamento durante a minha pesquisa. Identifiquei que 10 (dez) produzem a farinha de tapioca a partir da matéria prima (mandioca), e 12 (doze) produzem a farinha de tapioca a partir da (fécula). Nota-se que comparando com o ano de 2019, caiu ainda mais o funcionamento de casas de farinha em tão pouco tempo, o número de casas de farinha que produzem com a mandioca caiu de 28 (vinte e oito) pra 10 (dez), e as que produzem com a fécula aumentou de 8 (oito) pra 10 (dez). Conforme os relatos de alguns entrevistados no trabalho de campo, essa queda da produção a partir da mandioca corre o risco de cair ainda mais, pois alguns entrevistados relataram que irão fechar suas casas de farinha devido as dificuldades no cultivo.

Tabela 1: Casas de farinha ativas na comunidade Boa Esperança 2022

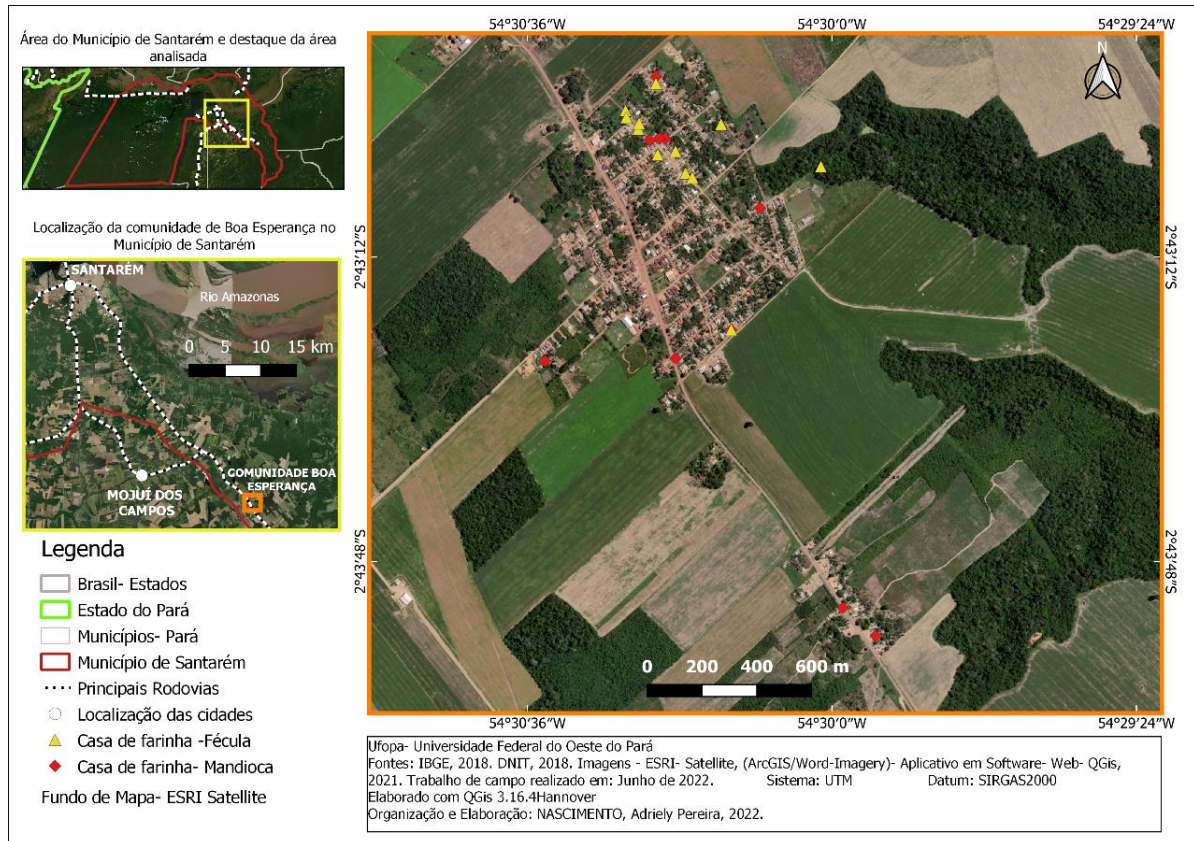
Produção a partir da Mandioca x Fécula	Quantidade de casas de farinha (22)
Mandioca	10
Fécula	12

Fonte: Pesquisa de campo em Junho/2022. Elaborado pela autora.

A figura 14 representa um mapa com todas as casas de farinha que foram localizadas durante minha pesquisa, foi feito um mapeamento com auxílio de GPS para localizar e marcar os pontos dessas casas de farinha, elas estão identificadas conforme o modo de produção, as

com o ponto vermelho são as casas de farinha das famílias que produzem a farinha de tapioca a partir da mandioca, e de amarelo são casas de farinha das famílias que produzem a farinha a partir da fécula.

Figura 14: Mapa de Localização das casas de farinha da comunidade Boa Esperança



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Para compreender essa dinâmica no processo de reprodução das famílias, fui em busca das casas de farinha que já tinham sido desativadas (4 casas). Fui também as casas de farinha que trabalham com a mandioca (5 casas), e das que trabalham com a fécula (6 casas). O objetivo foi realizar entrevistas com famílias para compreender o processo de reprodução da família na relação com as casas de farinha. A organização das entrevistas seguiu ordem aleatória, totalizando 15 casas de farinhas visitadas.

Tabela 2: Entrevistas realizadas por casas de farinha na comunidade Boa Esperança

Casa de farinha	Número de entrevistados
Desativada	4
Mandioca	5
Fécula	6

Fonte: Pesquisa de Campo, 2022.

Três entrevistados das casas de farinha desativada informam que pararam de trabalhar na produção de farinha por falta de condições físicas em função da idade e o pesado trabalho na roça. O depoimento de um morador da comunidade Boa Esperança é revelador da situação em destaque.

Eu cheguei numa idade que não dar mais para trabalhar no roçado. Meus filhos se casaram, maioria foi morar na cidade, e eu me aposentei. Só um que faz farinha. Ele abriu uma casa de farinha para ele. (...), aí eu dividi a terra entre os filhos e a parte de trás eu arrendei para os gaúchos plantar soja. Aí eu ganho uma renda livre para ajudar nas minhas despesas de casa. (Fonte: trabalho de campo, entrevistado 01, junho de 2022).

Uma das entrevistadas informou que fechou sua casa de farinha porque não tinha mais como trabalhar na roça devido da idade. Segundo depoimento da informante, os filhos que ajudavam nas lavouras e na casa de farinha: um foi morar em Manaus para trabalhar empregado; a filha na cidade de Santarém; e o outro filho foi trabalhar em uma mineradora para outra cidade; e a filha mais jovem estudou, se formou professora e foi trabalhar e morar em uma comunidade mais distante.

Nas palavras da depoente:

Eu não tenho mais condições de trabalhar na roça. Hoje sou aposentada e vivo do meu aposento. Meus filhos também não quiseram mais mexer com isso. Foram buscar trabalhar com outras coisas. Até porque é muito cansativo trabalhar na roça, foram buscar suas melhoras. E assim (...), eu não vendi minha terra, vou deixar para eles, depois eles veem o que vão fazer. (Fonte: trabalho de campo, entrevistado 02, junho de 2022).

O outro morador da comunidade que desativou sua casa de farinha foi um gaúcho que mora na comunidade aproximadamente 42 anos. Ele relatou que só tinha duas filhas que se casaram e não quiseram mais trabalhar na roça. Após ser acometido por um problema de enfermidade, não teve mais forças para continuar a trabalhar na terra. Hoje vive da aposentadoria.

Parei de produzir a farinha desde que peguei essa ferida brava no pé. Aí eu vendi minha terra para construir essa casa aqui. Eu produzia só eu com minhas filhas e minha esposa. Minhas filhas se casaram, aí eu fiquei sozinho aqui com minha esposa. Vendi a terra para um homem plantar arroz, aí depois ele começou a plantar soja. (Fonte: trabalho de campo, entrevistado 03, junho de 2022).

A partir dos relatos das pessoas que fecharam as casas de farinha pode-se compreender o cansativo trabalho na roça e quanto essa atividade demanda energia, esforço físico. Em condições de avanço da idade ou situações de problemas com a saúde as pessoas ficam quase que impossibilitadas para desenvolver o trabalho penoso na terra. Segundo os entrevistados, essa é uma questão que fez os filhos buscarem outras alternativas para trabalhar.

Durante depoimentos foi possível perceber como eles concebem a dinâmica do trabalho camponês, sempre se referindo ao esforço físico demasiado, fadiga e difícil. Portanto, há um pensamento de projeto da família que inclui a escolarização dos filhos no intuito de galgar outras possibilidades de reprodução pelo trabalho que seja necessariamente as atividades na roça e quando esse desejo é realizado, há certo orgulho nos pais em observar seus filhos desenvolvendo trabalhos menos penosos.

Observe o leitor as diferentes decisões das unidades familiares em relação ao trato com a terra. O depoimento do entrevistado 1 indicou o arrendamento da terra para a plantação de soja como saída no custeio das despesas familiares, se referindo a uma renda a mais. Contrário foi a decisão do entrevistado 3. Esse tomou a decisão de vender a terra como resposta a necessidade imediata de construir a casa para família.

Nosso entrevistado 4 apontou a penosidade do trabalho e o cansaço como sendo as principais dificuldades para se manter na condição de produtor, além de indicar os elevados custos para manter a casa de farinha em funcionamento.

De primeiro aqui a gente trabalhava com a mandioca, mas dava muito trabalho, a gente tinha que acordar de madrugada para lavar a goma, esperar secar (...). O vovô fechou a casa de farinha porque não deu mais, até a lenha ficou difícil. Ficou caro. A lenha agora custa R\$ 500,00 a carrada, e rápido acaba. A dificuldade também está na lenha. Meu avô se aposentou, aí eu trabalho na casa de farinha de outra pessoa. O vovô vendeu a terra dele porque ficou idoso. Não tinha condições de trabalhar na terra. Eles dão uma proposta, aí as pessoas se iludem e pensam que é muito dinheiro. Aí divide o dinheiro entre os filhos. O vovô vendeu a dele e ele tem 14 filhos. Não deu quase nada para cada um. Eles quase todos moram na cidade. Não quiseram mais trabalhar na roça (...). Aqui na Boa Esperança é muito difícil uma pessoa que tenha lote terra ainda. Só tem o terreno onde mora. Venderam quase toda a terra para gaúcho. (Fonte: trabalho de campo, entrevistado 04, junho de 2022).

Indagado sobre as razões que levaram o avô do depoente a vender a terra, respondeu-me: “foi para dividir o dinheiro entre os filhos”. Não só nessa fala, mas também nas falas de outras pessoas com quem conversei na comunidade Boa Esperança, sobre essa questão das terras, o que chamou atenção foi o fato de que em grande medida as unidades familiares estarem vendendo ou arrendando as terras aos gaúchos que plantam soja.

Neste ponto, a paisagem é indicativa de mudanças ocorrida nos arredores da comunidade. As habitações das famílias estão arroteadas de plantação de soja. A vila, onde estão as construções das casas, bem como toda a escola, posto de saúde, igreja entre outros ambientes de uso e sociabilidade dos moradores estão rodeados de plantações de grãos, especialmente de soja e milho (ver figura 15).

Figura 15: Plantações de soja e milho nos arredores da comunidade Boa Esperança



Fonte: Trabalho de campo da autora em novembro/2021.

A figura 15 demonstra área por trás da vila apropriada por gaúchos e ocupada com plantação de grãos. Trata-se de extensa área de uso monocultor. Em uma das margens da estrada vicinal plantação de soja e de outro plantação de milho. Não há em seus limites terra plantada com agricultura de famílias camponesas.

Segundo moradores locais as famílias só possuem pequenas áreas de terra dentro da vila. Asseveram: “ao redor da comunidade a gauchada já comprou quase tudo ou arrendou”. (Fonte: trabalho de campo, entrevistado 04, junho de 2022). Na figura 16 demonstra-se a visão de cima da comunidade do ano de 2017. Nesta a paisagem denuncia o notório uso da terra por ocupação do monocultivo de soja ao redor da comunidade Boa Esperança.

Figura 16: Vista aérea da comunidade Boa Esperança



Fonte: G1, 2018.

Mudanças e permanências acontecem simultaneamente na comunidade estudada. Algumas famílias que trabalham com a mandioca relatam seus motivos em permanecer com suas atividades produtivas de forma tradicional. Quase sempre alegam que não gostam de trabalhar para outros, pois que trabalhar com a fécula significa construir relações de trabalho terceirizado, é ainda que eles sejam donos das casas de farinha, não são donos do produto. Apenas vendem seus trabalhos para os donos da fécula. De outra parte, aqueles que trabalham com a fécula asseguram que aqueles que trabalham com a mandioca, é porque desenvolveram tal costumes, mas é muito trabalhoso e pouco rendável, portanto, preferem fazer uso da casa de farinha e do trabalho da família para torrar a fécula pelo retorno imediato.

Desde o começo a gente só trabalha com a farinha natural, da mandioca mesmo. A gente prefere porque a gente trabalha para nós mesmo (...). Esse ano plantamos na terra do meu cunhado. Quando a gente não tem mandioca, a gente vai e compra, faz de metade¹³. Têm muita gente que vem aqui e faz a

¹³ Fazer a farinha de metade, significa o trabalho de meia ou metade. Em se tratando da produção de farinha, ocorre quando alguém entrega a mandioca para outra pessoa realizar o trabalho da produção de

farinha de metade. Graças a Deus nunca faltou não. (Fonte: trabalho de campo, entrevistado 05, junho de 2022).

Partindo dessa fala do entrevistado 5, traz a reflexão de que o camponês é sujeito que tem relação com a terra e com o território, ele consegue criar e recriar condições para a produção e sobrevivência, fazendo o uso do conhecimento que vem de gerações e arrumando soluções para não parar sua produção.

O entrevistado 5 quando indagado sobre a terra que a sua família trabalha com o plantio da mandioca, o sujeito declarou:

O pai tem uma terra no arroz doce, é um ramal que fica aqui próximo da comunidade. Tem duas pessoas doidas para comprar a terra do papai. Mas até hoje não tivemos precisão de vender. Mas aí, o papai arrendou e ganha por ano. A terra do papai são 26 hectares. Só que lá tem um sítio que ele não deixou quebrar. É que ele precisa ir para lá passear. Ele já está numa certa idade, então ele arrendou 24 hectares da terra. Esse ano o homem que arrendou (o gaúcho) veio pagar a renda. Deu mais de R\$32.000,00 (trinta e dois mil reais). (Fonte: trabalho de campo, entrevistado 05, junho de 2022).

Segundo relato das famílias camponesas que realizam o arrendamento de terras, os sujeitos arrendatários da terra adquirem o direito de uso da terra durante todo o ano. Eles plantam e colhem duas safras. Primeira planta e colhe a soja, depois planta e colhe o milho. No atual contexto os arrendatários pagam a renda da terra em produto. E para cada hectare os sujeitos pagam aos donos da terra 8 (oito) sacas de soja, vendido pelo preço de R\$ 170,00¹⁴.

O entrevistado 5 quando indagado se sua família havia recebido proposta para produzir farinha de tapioca com a fécula em sua casa de farinha, ele respondeu:

É aquela coisa nós trabalha para nós mesmo. Sempre demos graças a Deus por isso. Até então a gente não precisa trabalhar para outros. E torrar, é esse negócio, dá menos trabalho, porque não precisa rapar, não precisa serrar, não precisa tirar goma. Aquela coisa. Não precisa plantar. Já pega praticamente pronto só para torrar. Só colocar dentro da água, e quando é de manhã joga a água fora, e não tem o trabalho todo. Mas a gente prefere trabalhar para gente mesmo. A gente trabalha 5 dias de segunda a sexta, segunda a quinta na casa de farinha e na sexta a gente vai entregar na feira. No sábado e domingo a

farinha. Ao final o quantitativo é dividido em duas partes. Fica com metade da farinha o dono da mandioca e com a outra metade o sujeito que produziu a farinha. Por exemplo, das 8 sacas de farinha produzidas, 4 são do proprietário da mandioca e 4 fica com o produtor da farinha.

¹⁴ Por operações matemáticas simples, após relato do entrevistado 5, busquei compreender a renda da terra na comunidade Boa Esperança. A quantidade de hectare arrendada pelo pai do depoente foram 24 hectares, multiplicada por 8 sacas de soja, renda em produto por cada hectares, vendido pelo preço igual R\$ 170,00 teremos a seguinte equação: $24 \times 8 \times 170 = 32.640,00$ por ano.

gente não trabalha. (Fonte: trabalho de campo, entrevistado 05, junho de 2022).

Ficou demonstrado no depoimento do entrevistado 5, a importância para esses camponeses da autonomia trabalho, isto é, os trabalhadores gozarem de liberdade no desenvolvimento das atividades assumindo a condição de produtores diretos, donos do seu próprio tempo e trabalho, ainda que torrar farinha de tapioca pela relação de acordo terceirizado seja evento esporádico e/ou temporário.

O entrevistado 6 é um dos que trabalha produzindo a tapioca com a fécula. Segundo depoente, antes produzia com a mandioca junto com o pai, mas o seu pai vendeu a terra para os produtores de soja, se aposentou e parou de trabalhar, restando a ele a casa de farinha. Portanto, ao perder a condição de acesso à terra para trabalhar, a sua família restou torrar farinha de tapioca em acordo terceirizado aos atravessadores.

Não obstante, ele e outros camponeses da comunidade Boa Esperança, lutam para conseguirem lotes de terra em uma comunidade mais distante conhecida como Chapadão. Segundo entrevistado, o chapadão¹⁵ tem sido o lugar para onde alguns pequenos produtores estão se dirigindo na mobilização para conseguir tirar lotes de terra para trabalhar, uma vez que na comunidade e nos ramais próximos os lotes estão com preços elevados por conta da procura da terra para o cultivo da soja em expansão na área de planalto.

Observe o leitor que a relação com a terra na comunidade Boa Esperança se modifica com a expansão do cultivo da soja no planalto, o arrendamento e a venda. Uma vez que a terra se torna mercadoria que pode ser adquirida pela compra e venda, os produtores de soja têm intensificado o cultivo tornando difícil aos pequenos produtores a aquisição da terra. Estes buscam em lugares mais distantes alternativas de ocupação da terra para continuarem se reproduzindo na condição camponesa.

As famílias relatam que os lotes de terra ocupados com o cultivo de mandioca estão cada vez mais distante das casas de farinha. Isso tem aumentado os custos de produção. Os trabalhadores precisam ficar se deslocando para plantar e cuidar da plantação, além de pagar o

¹⁵ A conhecida área do Chapadão, é parte da gleba pública Pacoval, juntada ao patrimônio da União por meio de ação discriminatória administrativa no início dos anos 1980. Em boa medida, a terra que compõem esse imóvel público não foi afetado por nenhuma destinação. Diante disso, há uma disputa entre madeireiros, grileiros e camponeses referente ao processo apropriatório da terra da União. Para compreender as disputas e conflitos pela apropriação da terra na gleba Pacoval consultar “CAZULA, Leandro Pansonato. O Cadastro Ambiental Rural (CAR) nas estratégias de grilagem de terras na Amazônia: O caso da gleba Pacoval, Pará. Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2021.”

transporte para mandioca e a lenha chegarem até a casa de farinha. Por essas e outras questões alguns optam por trabalhar com a fécula.

Se você leva lá pro terreno, a mão de obra é mais dificultoso, não tem muita gente lá pra trabalhar na terra. Se você traz para cá, a despesa é grande. Dependendo do preço que fica a tarefa de roça, fica mais compensável vender a mandioca do que fazer a farinha. (...) a terra aqui na comunidade não produz mais direito, a mandioca apodrece, e dá muito trabalho na roça. Mas aqui nesta terra pouco se trabalha porque a mandioca apodrece. Então foi mais vantajoso arrendar a terra. Quem tem a terra entende ser muito mais lucrativo arrendar devido o preço que está hoje a soja. Hoje temos posse de uma terra boa, mas encontramos dificuldade para se deslocar porque fica longe e precisa de carro. É lá no chapadão. Muitos daqui tem terra lá. Mas tem esse problema, é longe demais. E para colocar casa de farinha lá, tem o problema da água. Só se a pessoa tiver condição de fazer um poço e um poço lá está na faixa de uns 40 mil reais. Fora a questão da energia, porque tem lugar lá que não tem energia. (Fonte: trabalho de campo, entrevistado 06, março de 2022).

O elevado preço da terra nas proximidades da rodovia PA-370, ter um lote na comunidade Boa esperança é muito difícil. Os produtores da soja passaram a arrendar e comprar a terra necessária ao monocultivo elevando o preço. Os depoimentos dos entrevistados dão destaque para ideia de que quem vendeu a terra se arrependeu, porque hoje poderiam estarem ganhando com o arrendamento anual.

Como já destacado, os primeiros moradores tiveram o acesso aos lotes de terra mediante a posse simples nos anos 1970 induzidos por política distributiva da terra realizado pela Secretaria de Agricultura do Pará. Os sujeitos que chegaram a partir da década de 1990 tiveram mais dificuldade para conseguirem à terra e hoje ainda mais difícil. Muitas famílias já venderam a terra ou arrendaram. Quem precisa de terra para trabalhar recorre as áreas distantes, havendo dificuldade em permanecer em Boa Esperança e trabalhando fora. Diante disso, alguns moradores têm migrado para os lotes de terra apossado nas áreas glebas públicas distantes.

Tenho um lote no Ramal 45. Eu arrendei para um gaúcho plantar soja faz 5 anos. Eles vieram atrás de mim e eu arrendei. O plantio aqui da comunidade praticamente já se acabou. Na realidade quase todo mundo vendeu ou arrenda seus terrenos para soja. (Fonte: trabalho de campo, entrevistado 07, março de 2022).

Essa prática é muito comum entre famílias da comunidade e proximidades em que os moradores ainda detêm terra. Contudo, o assédio é intensificado pelos produtores de soja na busca de arrendar e comprar à terra das famílias. “Aqui é a vila. As pessoas tinham seus terrenos para fora: no ramal Arroz Doce, ramal do Recreio, ramal do Pilão, ramal 45” (Fonte: trabalho

de campo, entrevistado 08, março de 2022). Nesses ramais que o uso e a ocupação da terra pelo plantio de mandioca, vem sendo tomado pelo arrendamento e/ou pela compra para o monocultivo da soja e milho.

Alguns camponeses relatam estarem arrependidos ao cederem ao assédio dos produtores de grãos pela tomada de decisão em arrendar ou vender a terra e fazem referências ao veneno usado na soja e os danos causados a produção de mandioca.

(...), a plantação da mandioca nossa aqui tão apodrecendo. Estamos arrodados de soja. E eu vou dizer mais, é do veneno ao redor. Para todo canto tem veneno, então, depois da plantação da soja, aí acabou. (...) eu fiz uma coisa que eu nunca pensei em fazer, foi alugar meu terreno lá para plantar soja. O que aconteceu? a mandioca lá está apodrecendo. Eu fiz isso por causa dos filhos, se fosse por mim virava mata lá, mas como os filhos precisam eu arrendei. Aqui uma vez veio a vigilância sanitária por causa do tucupi que era jogado no chão, mas antes esse tucupi nunca acabou com as plantações. Mas a plantação de soja tão acabando com tudo. Nós aqui estamos arrodados de veneno. Não é brincadeira não, para pequeno produtor aqui está difícil. (Fonte: trabalho de campo, entrevistado 09, março de 2022).

A questão da mandioca está apodrecer foi relatado na fala de três entrevistados. Segundo informaram, eles tiveram prejuízos nas suas plantações porque com menos de um ano a mandioca apodreceu a metade. Contudo, vale ressaltar que não foi realizado estudos científicos que possam indicar os reais motivos do adoecimento da plantação de mandioca.

As famílias reclamaram pela convivência do odor forte oriundo dos venenos jogados nas lavouras de soja. Sobre o assunto assim se relatou o depoente.

Eu sei que a situação do pequeno produtor está difícil. A mandioca acabou. Nos tempos passados quando tinham muitas casas de farinha aqui, esse povo ribeirinho vinha para cá capinar roça e ganhar um trocado. Tempo da colheita nas casas de farinha eram 4 a 5 mulheres descascando mandioca, fora os homens que faziam os outros serviços. Tudo ganhando um trocadinho. Agora, a grande plantação (soja), só dar emprego para três ou 4 operadores de máquina, e só. A única coisa que dava trabalho para as pessoas aqui, era grandes pimentais. As pessoas vinham das comunidades para cá capinar, colher pimenta na época da colheita, vinha carrada de gente da cidade apanhar pimenta e todos ganhavam. Hoje não tem. Agora esse povo se quiser plantar mandioca vai ter que ir lá para o chapadão porque está tudo arrendado e se for aqui só tem de pedacinho de terra, mas não pode plantar não, se parar é pior, se parar é pior. (Fonte: trabalho de campo, entrevistado 09, março de 2022).

Esse depoimento demonstra a insatisfação com a forma de expansão da agricultura de grãos e a pouca inserção do trabalho local na dinâmica produtiva que usa máquinas. Com a chegada da soja e o a diminuição das culturas das famílias camponesas muitas pessoas são

prejudicadas. A partir do momento que a produção ganhou força, muitos ficaram sem trabalho na condição de diaristas, haja vista algumas pessoas que não possuíam terras para produzir trabalhavam nas plantações dos pequenos produtores para garantir o sustento das famílias.

O capital circula em territórios favoráveis à concentração e excedentes, também à acumulação, condição para a introdução e expansão nos espaços e territórios.

Pelos fatos empiricamente observados, concluí que algumas famílias perderam a condição camponesa parando de produzir na comunidade Boa esperança. Isso ficou demonstrado pelas falas dos entrevistados das casas de farinha desativadas. Alguns dos depoentes já estão aposentados, os filhos foram trabalhar empregados ou estudar deixando a vida no campo para trás.

Infere-se que as famílias camponesas que pararam de plantar a mandioca e passaram a produzir a partir da fécula pelo trabalho terceirizado são sujeitos que ainda permanecem com as características de produtores familiares, pois, ainda que não estejam utilizando a da terra como meio de produção, a força de trabalho familiar é primordial.

As unidades familiares que produzem a farinha e arrendaram suas terras como forma de ganhar renda a mais para o sustento dos membros da família, não estão deixando de ser camponeses, pois os que ainda plantam e produzem a farinha mantem os traços tradicionais de produção e usam sobretudo o trabalho familiar.

A crescente expansão da agricultura de soja demonstra a disputa pela terra. Na comunidade Boa esperança o acesso ao pequeno produtor tem ficado cada vez mais difícil. Esses sujeitos não conseguem adquirir lote de terra na comunidade em função da elevação do preço dessa especial mercadoria. Os lotes já estão quase todos comprados ou arrendados pelos produtores de soja.

Ademais, o uso do veneno tem se intensificado nas lavouras de soja e quem sofre são os moradores que vivem aos arredores. Ainda que as pessoas tenham dificuldades de reclamar seus direitos mediante denúncia, o convívio cotidiano com o veneno é realidade. Esse fato tem gerado situações de conflitos, ainda que não tenha aparecido na forma de violência física.

Nestes termos pode-se asseverar que na comunidade de Boa Esperança há a presença de dois processos produtivo na terra conflitivos disputando a terra: A produção camponesa de base familiar que usa técnicas rústicas com pouca afetação ao meio ambiente; a produção de grãos que substitui a força de trabalho humano por máquinas, tendo poucos trabalhadores em grandes áreas de produções, que acumula terras e riquezas, afastando as famílias para lugares mais distantes, causando significativo impacto ao meio ambiente;

Ainda que algumas pessoas tenham perdido a condição camponesa, aqueles que permanecem estão na condição de disputa. Destaca-se que prevalece a forma de trabalho familiar, mesmo que algumas inseridos na relação terceirizada no processo de torrar a fécula. Observa-se que mesmo com o novo modelo na produção, a fécula, há famílias produzindo a farinha de forma tradicional e por costume não querem mudar.

As terras estão aos poucos saindo do domínio camponês e passando ao domínio dos produtores de grãos seja pela venda ou o arrendamento. O camponês recebe a oferta para arrendar a terra e acaba cedendo como forma de renda complementar. Em geral essa renda é dividida entre a família do dono da terra. Muitos que se desfizeram da terra pela venda da terra buscaram terra em áreas mais distante. Esse movimento constante tem elevado o preço da terra nas proximidades da rodovia PA-370 e vicinais próximas.

CONSIDERAÇÕES

Pela pesquisa consegui compreender como está ocorrendo a disputa pela terra entre os sujeitos produtores da soja e as famílias camponesas da Comunidade de Boa Esperança. A partir da expansão do agronegócio na área do planalto santareno a terra passou a ser objeto de maior procura, e o monocultivo de grãos está ganhando terreno nessa disputa, pois os sujeitos produtores de grãos têm maior poder aquisitivo, por essa razão, eles têm garantido o arrendamento ou a compra da terra.

A partir do questionamento levantado fazendo referência a respeito das mudanças e permanências ocorridas na relação dos camponeses com a terra, permitiu compreender a relativa diminuição das famílias que estão utilizando a terra para plantio da mandioca e indicou que em boa medida, parte dos trabalhadores venderam ou arrendaram a terra para os produtores de grãos.

Infere-se que a dinâmica atual dos camponeses na produção a partir do cultivo da mandioca tem diminuído. De outra parte, há o aumentado na produção da farinha de tapioca a partir da fécula procedente principalmente do estado do Paraná. Observa-se uma tendência relativa na diminuição da produção da farinha de tapioca com a matéria prima oriunda da mandioca em razão das dificuldades nas lavouras e do trabalho cansativo.

Os produtores de grãos estão sempre interessados em arrendar ou comprar as terras das famílias camponesas. Diante da procura, a terra vem sendo transferida para o cultivo de grãos pelo arrendamento, pois o aluguel das terras é tratado como uma renda extra para as famílias custearem despesas de casa. Muitas famílias preferem alugar a terra a vender, assim não tem a perda total da terra.

A pesquisa mostrou serem as pessoas de idade mais avançada quem gosta de plantar a mandioca, eles têm o costume, a tradição e o orgulho de não trabalhar para outros. Enquanto os mais jovens têm se ocupado a torrar a farinha de tapioca a partir da fécula pela relação terceirizada, pois, segundo eles duas coisas são obstáculos nesse processo, o acesso à terra e a penosidade do trabalho no cultivo da mandioca e produção da farinha.

O contínuo arrendamento e venda das terras e o uso constante pelo monocultivo de grãos por parte dos sujeitos, trouxe maiores dificuldades para as famílias camponesas adquirir à terra em Boa Esperança e seu entorno. Diante disso, a saída tem sido buscar se apropriar da terra pública em áreas mais distantes ocupando-as pelo cultivo pelo plantio da mandioca. Em outros casos, a perda da terra e da condição camponesa têm representado para algumas famílias a ocupação pelo assalariamento nas cidades.

Pela pesquisa foi possível compreender algumas mudanças nos projetos familiares. Alguns pais em relação ao futuro dos filhos preferem que eles estudem, busquem pela escolarização a formação profissional abandonando a sucessão do trabalho na roça. Seus argumentos se fundam na lembrança da trajetória da vida cansativa do trabalhar no campo. Ademais, na medida que avança a ideologia do modo de produção capitalista no campo, eles tratam esse tipo de trabalho como atrasado e a pessoa que busca a escolarização é aquela com maior êxito na vida.

Em relação a ocupação dos trabalhadores familiares no cultivo de grãos, os produtores de soja pouco contratam a mão de obra das famílias locais, em grandes medidas são as máquinas que realizam as tarefas nas lavouras de soja, arroz e milho, precisando apenas de poucos operadores para esse trabalho. Contrário a essa lógica, a produção camponesa tem a virtude de ocupar toda família nas lavouras.

Esse estudo me oportunizou compreender a diferença entre o trabalho familiar e o trabalho desenvolvido por relações estabelecidas por lógicas do modo de produção capitalista. Compreendi que o camponês não deixa de ser camponês se ele não trabalha nas lavouras, como muitos pensam, pois o que prevalece nesse conceito de camponês é o trabalho que é realizado com base na força de trabalho familiar. E o modo de produção capitalista na agricultura se realiza pelo trabalho assalariado e tem na sua base a busca pela renda da terra e o lucro, de forma articulada e contraditória a produção camponesa. Portanto, segundo Oliveira (2001) o camponês não é sujeito social de fora do capitalismo, mas ao contrário, deve ser compreendido de dentro dele.

Por fim, faz-se necessário investigar a trajetória futura das unidades familiares da comunidade Boa Esperança frente ao atual avanço da expansão do cultivo de grãos em terras antes ocupadas com o plantio da mandioca por famílias camponesas. As análises e abordagens devem privilegiar o novo cenário que se descortina diante dos sujeitos que pela autonomia do trabalho e o acesso à terra mormente garantiam a reprodução familiar, mas hoje estão sujeitando-se aos interesses da produção e reprodução do capital.

REFERÊNCIAS

- BELARMICO, Marcelo Martins. **Da Ação Discriminatória**. Jusbrasil. Disponível em: <<https://martbelo.jusbrasil.com.br/artigos/941695868/da-acao-discriminatoria>>. Acesso em: 26 maio 2022
- BRADÃO, Luiz. C.K. **A colonização Brasileira, do descobrimento ao estatuto da terra**, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.unifap.br/index.php/planeta/article/download/52/v1n1/Luiz.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2022.
- BRITO, Daniel Chaves de. **SUDAM e a crise institucional do desenvolvimento na Amazônia**. Núcleo de Altos estudos Amazônicos (NAEA), Belém, n.96, Julho de 1998. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/view/11869>>. Acesso em: 05 abr. 2022.
- CARVALHO, A, C. **A história da BR-163**. Ontruck, 2022. Disponível em: <[A história da BR-163 \(ontruck.com.br\)](http://A%20hist%C3%B3ria%20da%20BR-163%20(ontruck.com.br))> Acesso em 10 maio 2022.
- CAZULA, Leandro Pansonato. **O Cadastro Ambiental Rural (CAR) nas estratégias de grilagem de terras na Amazônia: O caso da gleba Pacoval, Pará**. Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2021.
- CHAYANOV, A.V. **Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas**. In: GRAZIANO da SILVA, J. e STOLCKE, V. A questão agrária. São Paulo; Brasiliense, 1981, p. 133-163
- GUEDES, Eneias Barbosa. **Ações discriminatórias e a Grilagem das Terras Públicas na Gleba Ituqui, Santarém-Pará**. XIII ENAPEGE, São Paulo, p. (1-14), Setembro de 2019.
- GUEDES, Eneias Barbosa. **Territorialidades em tensão: processos e disputas por territorialização na Amazônia**. Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2021.
- MARQUES, M.I.M. **A atualidade do uso do conceito camponês**. Revista Nera, n. 12, p. 57-67, 2008.
- MARQUES, M. I. M. **O novo significado da questão agrária The new meaning of the agrarian question. (Trabalho apresentado no IX ENANPEGE)**. SP, s/p. 2011. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/profile/Marta-Inez-Marques>> Acesso em: 22 nov. 2021.
- NEVES, D. P. Questão Agrária: **Projeção Societais em Confronto**. Textos e debates, Boa Vista, n.31, p. 79-106, jan/jun.2017
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Camponeses, indígenas e quilombolas em luta no campo: a barbárie aumenta**. In: Conflitos no campo Brasil 2015. Goiânia: CPT Nacional, p. 28-42, 2015.
- OLIVEIRA, A.U.de. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. 1ed. São Paulo: FFLCH, 2007, 184

OLIVEIRA, A.U.de. (2001). **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária**. Estudos avançados, 15(43), 185-206. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/H7WMxZswgv6zR6MZJx5DHCm/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

RAMOS, Jefferson M. R. **Lei de Terras de 1850 no Brasil- O que foi, Resumos, Objetivos. Histórias do Brasil**, São Paulo, 2019 Disponível em <https://www.historiadobrasil.net/resumos/lei_terras.htm>. Acesso em: 26 maio 2022.

RODRIGUES, L, O. **Genocídio e etnocídio**. Mundo Educação. Disponível em: <<https://mundoeducacao.uol.com.br>>. Acesso em: 10 maio 2022.

SANTOS. A. C. **Uso do território e dinâmicas territoriais na região da rodovia Santarém-Curuá-Uma (PA-370): O exemplo da realidade da comunidade Boa Esperança**. Tese (Doutorado) Universidade Federal do Oeste do Pará, Programa de Pós Graduação Sociedade Natureza e Desenvolvimento, 2020.

SILVA, R. C. **Posseiros**. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/sociedade/posseiros/>>. Acesso em 09 maio 2022.

SILVA, A. **Festa da Tapioca e da Integração Gaúcha terá várias atrações na vila de Boa Esperança**. G1 Santarém e Região. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/festival-da-tapioca-e-festa-gaucha-teras-varias-atracoes-na-vila-de-boa-esperanca.ghtml>>. Acesso em: 15 jun. 2022

S/n. **Boa Esperança promove 14º Festival da Farinha de Tapioca**. O Estado Net. Disponível em: <<https://www.oestadonet.com.br/noticia/2406/boa-esperanca-promove-14-festival-da-farinha-de-tapioca/>>. Acesso em: 15 jun. 2022.